



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROFHISTÓRIA - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE
HISTÓRIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**APRENDIZAGEM HISTÓRICA ATRAVÉS DAS PINTURAS
DE MOACYR FREITAS: OS USOS E APROPRIAÇÕES DE
IMAGENS NO ENSINO DE HISTÓRIA REGIONAL**

EDENILSON JOSÉ DE MORAIS

Cuiabá-MT, março de 2019.

EDENILSON JOSÉ DE MORAIS

**APRENDIZAGEM HISTÓRICA ATRAVÉS DAS PINTURAS
DE MOACYR FREITAS: OS USOS E APROPRIAÇÕES DE
IMAGENS NO ENSINO DE HISTÓRIA REGIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História - PROFHISTÓRIA, do Instituto de Geografia, História e Documentação, da Universidade Federal de Mato Grosso, como requisito parcial à obtenção de título de Mestre em Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. Renilson Rosa Ribeiro

Defesa realizada em 26 de março de 2019.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Renilson Rosa Ribeiro (ProfHist/UFMT) - Orientador

Prof. Dr. Luís César Castrillon Mendes (PPGH/UFGD) - Examinador Externo

Prof. Dr. Osvaldo Rodrigues Junior (ProfHist/UFMT) - Examinador Interno

Prof.^a Dr.^a Ana Maria Marques (ProfHist/UFMT) - Suplente

Cuiabá-MT, marco de 2019.

RESUMO

Esta dissertação teve como objetivo principal investigar a utilização da iconografia no ensino de História Regional, particularmente recorrendo aos quadros históricos produzidos pelo pintor cuiabano Moacyr Freitas e presentes no livro didático *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*, que se constituíram em nosso objeto de estudo.

Pretendeu-se analisar a maneira como estas imagens incorporaram o discursos oficial, produzido pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Procurou-se verificar que escritores e historiadores influenciaram na elaboração das telas e que intencionalidade podem ser evidenciadas ao se observar estes quadros históricos.

Procurou-se enfatizar de que maneiras o professor de História da Educação Básica pode fazer uso de tais imagens na sala de aula procurando compreendê-las e interpretá-las de maneira crítica juntamente com os alunos.

Para o desenvolvimento desse trabalho foram utilizadas as reproduções das obras de Moacyr Freitas, pintor e escritor, membro do IHGMT, instituto histórico que contribuiu para a construção de uma identidade regional mato-grossense e para a legitimação de uma História oficial de orientação positivista.

Palavras-chave: Representações imagéticas, Iconografia, História da Arte, Didática da História Regional, Ensino de História.

ABSTRACT

This dissertation had as main objective to investigate the use of iconography in the teaching of Regional History, particularly using the historical pictures produced by the painter Cuiabano Moacyr Freitas and present in the didactic book *History of Mato Grosso: from the ancestry to the present days*, that were constituted in our object of study.

It was intended to analyze the way these images incorporated the official speeches, produced by the Historical and Geographical Institute of Mato Grosso. It was tried to verify that writers and historians influenced in the elaboration of the screens and that intentionality can be evidenced when observing these historical pictures.

It was sought to emphasize in what ways the teacher of History of Basic Education can make use of such images in the classroom trying to understand them and interpret them critically together with the students.

For the development of this work, the works of Moacyr Freitas, painter and writer, member of the IHGMT, historical institution that contributed to the construction of a Mato Grosso regional identity and to the legitimization of an official History of positivist orientation were used.

Keywords: Imaging representations, Iconography, Art History, Regional History Teaching, History Teaching.

AGRADECIMENTOS

A elaboração da presente dissertação de mestrado não seria possível sem a valorosa colaboração e apoio de diversas pessoas. Primeiramente, agradeço a Deus por ter me concedido saúde, força e perseveranças para superar as imensas dificuldades que enfrentei ao longo deste processo. Agradeço a coordenação do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória – pela oportunidade de ampliar os conhecimentos que certamente me serão muito úteis em minhas atividades na sala de aula.

Agradeço também ao meu orientador Renilson Rosa Ribeiro, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube nesta função, pelas correções, cobranças e incentivos.

À CAPES pela bolsa de estudos que foi de importância fundamental para que eu me mantivesse no programa de mestrado.

À Secretaria de Estado de Educação (SEDUC-MT) por ter concedido a licença para qualificação profissional.

Aos meus colegas de mestrado pelos momentos de compartilhamento de experiências e pelos aprendizados.

À minha mãe pelo amor, incentivo e apoio incondicional que foram imprescindível para que eu concluísse esta etapa da minha vida acadêmica.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte de minha formação acadêmica, o meu muito obrigado.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, p. 09

CAPÍTULO 1

A História e a produção das telas de Moacyr Freitas, p. 19

1.1 Iconografia e ensino de História, p. 20

1.2. A iconografia da História de Mato Grosso, p. 24

1.3. Conhecendo Moacyr Freitas, p. 26

1.4. Moacyr Freitas e o IHGMT, p. 28

1.5. “Quadros históricos” de Mato Grosso, p. 33

CAPÍTULO 2

O livro didático de História regional mato-grossense, p. 44

2.1. Panorama dos livros didáticos de História regional mato-grossense, p. 46

2.2. A historiadora Elizabeth Madureira Siqueira, p. 52

2.3. Livros didáticos produzidos por Elizabeth Madureira, p. 53

2.4. O imaginário sobre a colonização de Mato Grosso, p. 57

2.5. Questões de gênero e relações étnico-raciais nas telas de Moacyr Freitas, p. 66

CAPÍTULO 3

O saber histórico na sala de aula: propostas de atividades, p. 75

3.1. Proposta 1: Ação dos bandeirantes na História do Brasil, p. 77

3.2. Proposta 2: História dos Quilombos em Mato Grosso e cultura negra, p. 85

3.3. Proposta 3: A questão indígena em Mato Grosso, p. 93

CONSIDERAÇÕES FINAIS, p. 100

REFERÊNCIAS, p. 104

Processos de construção de identidade, como se sabe, além de inconclusos e permanentes, remetem sempre a dimensões simbólicas, envolvendo a invenção, a divulgação, a imposição e a adesão de um grupo a ideais, valores, crenças, ideologias, etc., que são operacionalizados e/ou materializados em instituições, rituais, festas, símbolos, etc. Uma das dimensões particularmente caras à análise do historiador, nesse complexo processo, é produção de um “passado comum” ao grupo: a constituição de referenciais que lhe assegurem uma “origem” e lhe garantam “continuidade” no tempo, a despeito das transformações que possa ter efetivamente sofrido. (GOMES, 2009, p. 29-30).

INTRODUÇÃO

O interesse pelo estudo das imagens históricas surgiu aos poucos, desde os tempos da graduação, quando dei início a uma série de estudos acerca da história regional mato-grossense. Naquela época passei a me dedicar a leitura de livros, revistas, histórias em quadrinhos, ou seja, um material amplo e diversificado sobre esta temática. Preciso admitir que as visitas ao Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) e ao Arquivo Público também colaboraram de forma significativa para a minha formação acadêmica, além de alimentarem, em mim, o desejo em realizar algum tipo de pesquisa relacionada com a História de Mato Grosso.

Mas tarde, quando comecei a lecionar conteúdos de História de Mato Grosso em cursinhos pré-vestibulares e mesmo em escolas públicas, senti a necessidade de fazer uso de materiais didáticos que pudessem atrair mais a atenção dos estudantes, despertando-lhes a vontade de compreender o processo histórico mato-grossense.

A leitura de histórias em quadrinhos, a exemplo de *Crônicas da Província*, de Wander Antunes, que tinham a história regional como pano de fundo também me proporcionaram certa inquietação e o desejo de me inveredar por esta seara, a fim de produzir ou reproduzir imagens históricas em sala de aula para consolidar o processo de ensino e aprendizagem.

Em 2002, quando saiu a primeira edição de *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*, me encantei com a esmerada produção e com a rica iconografia presente na obra. Nessa ocasião passei a utilizar as imagens do livro para ilustrar minhas aulas. Este foi o meu primeiro encontro com o pintor Moacyr Freitas, cujas telas se constituem em nosso principal objeto de pesquisa. Achei fabulosa a presença daquelas representações imagéticas, acompanhadas de textos explicativos no livro didático, não obstante, ainda não percebia a importância de uma crítica apurada, de uma reflexão analíticas

sobre o contexto da produção, as intencionalidades dos autores, o discurso historiográfico presente naquelas obras, pois ainda não tinha o devido conhecimento de certos aspectos que são de grande relevância, tais como o fato de que este pintor era membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT) e sua produção seguia rigorosamente a linha historiográfica deste grêmio, ou seja, procurava primar pela legitimação de um passado glorioso, com base no protagonismo do branco que representava a conquista e a ocupação deste território através dos bandeirantes, ou seja, todo aquele discurso de construção da identidade cultural mato-grossense, que foi preocupação básica dos intelectuais do século XX que fizeram parte desta instituição cultural em Mato Grosso.

De acordo com Marcos Lobato Martins, ao longo do século XIX e parte significativa do XX, a escrita e ensino da história regional no Brasil esteve ligada aos trabalhos de memorialistas e historiadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e de seus congêneres locais como o IHGMT. Nesse período,

[...] viveu-se o auge das corografias, escritas quase sempre por membros dos institutos históricos, pessoas bem situadas nas hierarquias sociais e políticas de suas épocas. As corografias eram monografias municipais e regionais, que misturavam história, tradição e memória coletiva. Esses trabalhos tomavam como fundamento espaços bem recortados politicamente, que eram estudados em si mesmos. O relacionamento do “nacional” com o “regional” e o “local” era reduzido à descrição de impactos de grandes acontecimentos da história do país nos espaços subnacionais. A narrativa, a seleção e o encadeamento dos fatos, a referência recorrente a determinados tipos de personagens, tudo isso objetivava mostrar que a região é o resultado do protagonismo de figuras extraordinárias. Muitas vezes, os corógrafos tenderam a considerar as regiões e seus povos como dotados de características definidas e perenes, configurando um contexto histórico imutável (MARTINS, 2008, p. 140-141).

Contrariando tal perspectiva em relação ao envolvimento do historiador contemporâneo com a História Regional, José D’Assunção Barros relata que

Quando o historiador se propõe a trabalhar dentro do âmbito da História Regional, ele mostra-se interessado em estudar diferentemente uma região específica. O espaço regional, é importante destacar, não estará associado necessariamente associado a um recorte administrativo ou geográfico, podendo se referir a um recorte antropológicá-lo, a um recorte cultural, ou a qualquer outro recorte proposto pelo historiador de acordo com o

problema histórico que ele irá examinar. Mas, de qualquer outro modo, o interesse central do historiador regional é estudar especificamente este espaço, ou as relações sociais que se estabelecem dentro deste espaço, mesmo que eventualmente pretenda compará-lo com outros espaços similares ou examinar em algum momento de sua pesquisa a interação do espaço regional em um universo maior (o espaço nacional, uma rede comercial). (BARROS, 2013, p. 152-153).

Os resultados de minhas primeiras investigações neste campo, bem como as reflexões e aprendizados dos alunos sobre a História de Mato Grosso, aos poucos foram sendo registrados em um *blog* na internet, criado para servir de ferramenta pedagógica, onde costumava publicar resumos, textos, imagens diversas, gráficos, tabelas, enfim fazia uso desta ferramenta como auxílio e complemento às aulas convencionais. A partir daí, surgiu a ideia de expandir as possibilidades de aprendizagem para além do ambiente de sala de aula. Para melhor utilizar o ambiente virtual, resolvi em 2010 criar um canal destinado a publicar video-aulas de História de Mato Grosso no *Youtube*, sendo um dos pioneiros nesta área no estado. Inicialmente fazia pequenos resumos e mesmo sem dispor de equipamentos satisfatórios, gravava vídeos curtos, onde utilizava variada iconografia com forma de estimular a aprendizagem, posteriormente o projeto foi crescendo gradativamente, e dispondo de melhores condições técnicas, passei a produzir video-aula com um pouco mais de qualidade, fato que proporcionou-me mais visualizações e maior abrangência nos temas trabalhados, contribuindo para dar maior consistência ao trabalho desenvolvido.

Alguns anos mais tarde, quando tentei ingressar no Programa de Pós-graduação em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), tinha o propósito de pesquisar aspectos relacionados à temática regional. O assunto escolhido foi relacionado aos efeitos da passagem da expedição científica chefiada pelo naturalista Langsdorff, dando ênfase ao vasto material iconográfico produzido pelos pintores Aimé Taunay e Hercules Florence, que ilustraram a fauna, a flora e os tipos humanos mato-grossenses do início do século XIX. Posteriormente, ao adentrar no Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) resolvi revigorar essas ideias que haviam de certa forma arrefecido em razão de não ter obtido êxito na entrevista do mestrado acadêmico. Entendia que precisaria me aprofundar mais no estudo deste assunto relacionado à História de Mato Grosso, tema em que já tinha conseguido catalogar uma grande quantidade de fontes históricas. Assim nasceu a proposta de retomar os projetos abandonados em algum lugar do

passado e novamente me enveredar pelos caminhos do sertão mato-grossense, à semelhança do que fez a Expedição Langsdorff nas primeiras décadas dos oitocentos com os registros iconográficos de Florence, mas agora tendo outro pintor como guia nesta jornada, Moacyr Freitas, e utilizando seus quadros históricos como ferramentas de orientação neste percurso.

O presente trabalho tem como objetivo vincular a prática pedagógica em sala de aula como o processo de ensino de História, mediante a utilização de representações imagéticas, as telas produzidas por Moacyr Freitas, que retratam aspectos políticos, econômicos e sociais dos períodos colonial e imperial do estado de Mato Grosso. Para isso, analisaremos as possibilidades de uso deste recurso didático por professores e alunos da Educação Básica.

Seguindo este intento recorremos às pinturas de Moacyr Freitas, cujas telas de temática regional abordam aspectos relacionados à história mato-grossense. Através desta investigação científica objetivamos exemplificar a utilização da iconografia como objeto de estudo em sala de aula, tendo em vista contribuir para o desenvolvimento de competências e habilidades de interpretação e leitura de imagens, possibilitando assim, uma discussão crítica do uso deste tipo de fonte visual em sala de aula. Desta forma, pretendemos estabelecer um vínculo entre o ensino da História de Mato Grosso, dos períodos colonial e imperial, com as telas analisadas, a fim de promover uma problematização do uso da iconografia na Educação Básica, através de uma reflexão crítica acerca das possibilidade e desafios deste projeto pedagógico.

Esta pesquisa tem como objetivo promover uma análise do processo de construção da identidade regional legitimada pelas publicações do IHGMT e ratificadas através da iconografia relacionada a História de Mato Grosso através das telas produzidas por um pintor regional. E a partir desta premissa, discutirmos o uso dessas fontes visuais enquanto suporte operacional e pedagógico em sala de aula, procurando possibilhar a orientação de alguns procedimentos teórico-metodológicos a fim de realizar variadas atividades a serem desenvolvidas em sala de aula com os alunos, tendo por finalidade a produção coletiva de uma aprendizagem histórica significativa sobre esta temática.

Portanto, a presente pesquisa objetivou enfatizar a importância do ensino de História Regional por meio da utilização da iconografia, procurando evidenciar se de fato elas contribuem para uma sólida aprendizagem histórica. Seguindo este intento, pretendeu-

se analisar a interpretações de pinturas do artista mato-grossense contidas no livro didático regional *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*, de autoria da historiadora Elizabeth Madureira Siqueira.

O aprofundamento das investigações do tema contribuíram para que pudessemos compreender de que forma estas imagens construídas por Moacyr Freitas, por exemplo, reproduziram aquilo que havia sido legitimado pelo discurso oficial, produzido pela historiografia tradicional, proporcionando assim a consolidação a construção da identidade social mato-grossense. A percepção da presença ou ausência dos “excluídos” da História e o entendimento da maneira pela qual estes sujeitos históricos foram incluídos ou subtraídos nas telas de Freitas, isto é, a forma na qual negros escravizados, povos indígenas, estratos inferiores das sociedades colonial e imperial, como as mulheres, foram evidenciadas nas referidas obras, na análise e compreensão da forma como se seus papéis sociais e históricos foram evidenciados ou relegados à um plano secundário nos traços do autor.

Buscou-se ainda compreender que os quadros históricos produzidos pelo pintor Moacyr Freitas, sob a orientação do historiador Paulo Pitaluga, legitimaram e incorporaram o discurso oficial, proporcionando dessa forma a consolidação da identidade social mato-grossense, produzida desde a criação do IHGMT por intelectuais como Lenine de Campos Póvoas, Rubens de Mendonça e Virgílio Corrêa Filho, que influenciaram decisivamente na elaboração das telas de temática regional (cf. FRANCO, 2009; RIBEIRO, 2013).

A historiografia mato-grossense, influenciada pelo projeto intelectual do IHGMT, nascido em meio aos festejos do bicentenário de fundação da cidade Cuiabá, em 1919, constituiria o momento de “invenção discursiva” de Mato Grosso e de sua história, forjando enredos, tramas e cronologias (GALETTI, 2012).

A imagem do “homem” mato-grossense atrasado, incivilizado, selvagem, violento, preguiçoso e ignorante – presente nas narrativas de viajantes - assumiria uma nova linguagem discursiva e imagética. A partir desse momento essa personagem regional ganharia a identidade de “sentinelas avançadas da civilização no sertão”, verdadeiros guardiões das fronteiras, associando-se à figura heróica dos bandeirantes. Para os estudos de Osvaldo Zorzato,

Ao invés de “selvagens”, reforçam a origem paulista, quando não da “melhor estirpe européia”; e, ao invés de “sanguinários”, constroem as

imagens de “revolucionários”, “patriotas” e “destemidos”. No lugar de “preguiçosos”, colocam-se como gente adaptada à rudeza do meio, amante do progresso, disposta ao sacrifício em nome do “amor à terra natal”. Por fim, mesmo diante de situações adversas, se dizem amantes das artes, da religião, cultuadores da ciência (ZORZATO, 1998, p. 16).

O meu segundo encontro com Moacyr Freitas, desta vez pessoalmente, ocorreu quando pude entrevistá-lo em sua residência em um apartamento localizado no centro histórico de Cuiabá. Na ocasião, o pintor contou-me sobre fatos de sua infância, os primeiros estudos na capital mato-grossense, relatou-me ainda o gosto pela História e cultura regional que alimentara desde a mais tenra idade. Além disso, o entrevistado falou-me sobre sua trajetória acadêmica na Universidade do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, onde cursou Arquitetura e Urbanismo, bastante solicito me proporcionou muitos subsídios que certamente me orientaram no desenrolar da pesquisa. O autor em tela ainda me presentiou com algumas publicações de sua lavra.

No primeiro capítulo desta dissertação procuramos relacionar o ensino de História de Mato Grosso com os “quadros históricos” produzidos por Moacyr Freitas. Pretendeu-se demonstrar a relevância da utilização desta espécie de registro iconográfica como recurso metodológico no ensino de História.

Sabendo-se que cada vez mais o recurso da utilização da iconografia se faz presente nos trabalhos dos historiadores, fato semelhante também ocorre nas salas de aula, local em que os professores de História lançam mão destes artifícios para garantir a estratégias inovadoras em seu projetos educativos. Utiliza-se atualmente variada iconografia, composta de figuras, charges, desenhos, pinturas, fotografias que são apresentadas pelos professores aos alunos através da utilização de recursos visuais ou mesmo por meio da sua inserção no próprio livro didático.

O trabalho em sala de aula valendo-se de análise imagética possibilita novas possibilidades de aprendizado histórico e tem se constituído em objeto de pesquisa tendo figurado em uma série de dissertações e teses nos programas de pós-graduação em História pelo país.

Circe Bittencourt assinala que as gravuras têm sido utilizadas com frequência como recurso pedagógico no ensino de História. Atualmente, além das imagens nos livros escolares, presencia-se a proliferação da produção de “imagens teconológicas” como recurso

didático, provenientes de máquinas ou aparelhos eletrônicos e constituídas de filmes, fotografia e imagens informáticas dos CD-ROMs e *softwares*. (BITTENCOURT: 2018, p. 290).

Ao longo deste capítulo são abordadas ainda a trajetória profissional do pintor Moacyr Freitas e sua participação junto ao Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT).

São realizadas análises de várias telas retratando momentos significativos da História de Mato Grosso, tais como a chegada dos bandeirantes no território que deu origem à Mato Grosso, a descoberta do ouro atribuída aos sertanistas provenientes de São Paulo, a instalação do poder metropolitano português em Cuiabá, mediante a transferência da estrutura burocrática do governador de São Paulo que elevou o arraial à categoria de Vila Real, e ainda analisam-se tela cujos temas versam sobre a fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade e a destruição do principal quilombo registrado pela historiografia mato-grossense no vale do Guaporé. Tivemos a preocupação de relatar os pressupostos teóricos levados em consideração pelo autor, bem como mencionamos as obras e historiadores que influenciam na elaboração destas telas, deixando evidente que as mesmas tinham a real intenção de se incorporarem ao discurso oficial, levando-se em consideração o fato de que o autor quando da elaboração dos quadros históricos de Mato Grosso já era um dos membros do IHGMT.

No segundo capítulo analisamos a trajetória do livro didático de História de Mato Grosso. Evidenciamos nesta parte do texto que a utilização do livro didático, enquanto recurso metodológico, no cotidiano educacional brasileiro é prática já consolidada, uma vez que constitui-se em objeto diretamente relacionado com o processo de ensino e aprendizagem, fazendo-se presente na vida escolar de alunos, professores, pais e demais sujeitos do sistema educacional brasileiro.

Procuramos traçar um panorama completo da trajetória do livro didático de História Regional em Mato Grosso. Ressaltando que desde o final do século XIX, diversos intelectuais mato-grossenses tentaram enfatizar a capacidade civilizacional do estado demonstrando suas potencialidades econômicas e capacidade de maior integração nos contextos nacional e internacional. Esse discurso tinha o objetivo de desconstruir a narrativa recorrente produzida por viajantes, cientistas e cronistas estrangeiros e até mesmo de

governantes brasileiros que haviam elaborado uma imagem declaradamente negativa a respeito da população e o território de Mato Grosso (cf. GALLETI, 2012; LEOTTI, 2011).

Essa legitimação de um passado glorioso perpassou pelas inúmeras publicações do IHGMT ao longo da maior parte do século XX, através dos trabalhos de Virgílio Corrêa, Lenine Póvas, José de Mesquita, entre outros. Segundo Ludmila Brandão,

É destacável nesses autores, a vinculação afetiva explícita com a região, o forte patriotismo que marca todas as narrativas, o senso de injustiça sofrida pela região – por não ter sido devidamente valorizada na história do Brasil e na composição das forças políticas – e finalmente, a fé no futuro, quando então Mato Grosso viria a ser o que, por vocação, lhe foi destinado; forte e poderoso. Do ponto de vista da historiografia, trata-se em geral, exceções à parte, de uma história factual, positivista em certos aspectos. Há que se considerar também o curioso (mas não gratuito) transito entre a literatura e a história, uma vez que historiadores e escritores praticamente se equivalem nesse universo (BRANDÃO, 2007, p. 12).

Esse panorama vai sendo lentamente alterado a partir da fundação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e da instalação do curso de História nesta instituição.

Vale lembrar que à época a UFMT recebeu os seus primeiros professores, oriundos na sua maior parte, dos mais variados estados brasileiros, que acompanhavam o movimento de deslocamento populacional rumo ao Centro-Oeste do país com um imenso desejo de “conhecer”, de criar, e de engajar-se no mercado de trabalho. Do encontro desses professores, no Departamento de História da UFMT, na década de 1980, frutificaram pesquisas, dissertações e teses, com objetos de estudo sobre a “Política Colonial Portuguesa na Fronteira Oeste do Brasil”, “Mão-de-Obra Indígena”, “Escravidão”, “Criança Negra”, “Movimentos Sociais”, “Atividades Industriais”, “Relação Cidade–Campo” e “Política Internacional”, discutidas em Cursos de Especialização e apresentadas em seminários e em publicações 16, a exemplo da Revista da UFMT e em periódicos do Jornal do NDIHR. Tais estudos se encontravam em sintonia com as pesquisas em voga, relacionadas, na sua quase totalidade, ao campo da História Econômica Brasileira e Regional, e preocupadas com a história enquanto modo privilegiado de acesso à compreensão/explicação do social. Nesse aspecto o campo econômico era considerado o lugar privilegiado para as mudanças (CANAVARROS, BORGES, PERARO, JOANONI NETO, 2012, p. 82).

A partir da década de 1990, assistimos a uma hegemonia da UFMT na produção historiográfica no estado de Mato Grosso, tanto no que se refere ao livros didáticos, visto que

uma de suas destacadas professoras, Elizabeth Madureira Siqueira, produziu três livros didáticos de História regional no intervalo de 12 anos, além de outros volumes também versando sobre a historiografia mato-grossense. Sobre a referida historiadora e sua produção falaremos a diante.

Em decorrência do vestibular e demais concursos públicos, cujos editais contemplavam conteúdos programáticos de História e Geografia regional, surgiu a demanda de produção de materiais didáticos destinados aos estudantes de cursos preparatórios. Aproveitando-se dessa tendência de mercado, diversos professores egressos da UFMT se debruçaram sobre o material existente com a finalidade de produzir materiais voltados para este público.

Neste capítulo também procuramos enfatizar o trabalho desenvolvido por Elizabeth Madureira Siqueira, que em muito contribuiu para a popularização da História Regional mato-grossense, sendo uma destacada produtora de livros didáticos deste tema. Dentre suas principais publicações citam-se os livros didáticos destinados a divulgar a História de Mato Grosso, sendo de grande valia para estudantes e professores. Entre eles estão as seguinte obras, *O processo histórico de Mato Grosso* (1989), em coautoria com Lourença Alves da Costa e Kátia M. C. Carvalho, *Revivendo Mato Grosso* (1997), e *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais* (2002), este último que se constitui em nosso objeto de pesquisa.

É feita também uma abordagem acerca do imaginário da colonização em Mato Grosso, além das relações étnico-raciais e de gênero presentes nas telas de Freitas, com este intuito promovemos a análise reflexiva de várias telas do autor presentes na obra *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*.

E finalmente, no terceiro capítulo, apresentamos a sugestão de algumas atividades que podem ser desenvolvidas pelo professor de História em sala de aula, tendo por base a utilização de imagens, especialmente os quadros históricos do pintor Moacyr Freitas. Estas atividades foram concebidas tendo por base o livro *Fazer História: a importância de ler, interpretar e escrever em sala de aula*, de autoria do historiador Renilson Rosa Ribeiro, recentemente publicado pela Appris Editora, em 2018.

Com base nas propostas metodológicas apresentadas no referido livro, procuramos repensar o método de ensino adequado sobre a utilização de imagens na sala de

aula. Evidentemente que não existe uma fórmula única, pronta e acabada, uma espécie de manual de instruções para introduzir os alunos para que os mesmos possam efetuar análise críticas da iconografia, mas deve-se destacar a impossibilidade de limitar-se apenas na análise da imagem meramente ilustrativa, é preciso ir além, e nestas atividades apresentamos alguns caminhos possíveis de serem seguidos pelos professor, adequando-os a cada realidade vivenciada na escola.

A análise das imagens pode seguir os procedimentos metodológicos propostos por especialistas no assunto, levando-se em consideração a leitura interna da imagem, procurando compreender as intencionalidades de quem a produziu, o contexto histórico de sua produção, o público ao qual se destinou, cenários, personagens, lugares, tempo histórico retratado etc.

Reiterando que a utilização da iconografia tornou-se um objeto de pesquisa de historiadores e estas representações imagéticas têm sido usadas como material didático com bastante frequência nas aulas de História, são apresentadas três propostas de atividades: *Ação dos bandeirantes na História do Brasil*, *História dos Quilombos em Mato Grosso e cultura negra* e *A questão indígena em Mato Grosso*, que visam promover um reconhecimento da pluralidade cultural mato-grossense e enfatizar a importância dos grupos sociais que contribuíram para a formação sociocultural de nosso estado.

Esperamos que este trabalho possa contribuir para o desenvolvimento das questões relacionadas ao ensino de História Regional mato-grossense, sobretudo no que se refere à utilização de recursos iconográficos que visem a potencialização da aprendizagem histórica de crianças e jovens nas escolas de Mato Grosso.

CAPÍTULO 1

A HISTÓRIA E A PRODUÇÃO DAS TELAS DE MOACYR FREITAS

Ao longo de minha trajetória profissional enquanto professor de História na Educação Básica, atuando em diversas instituições públicas de ensino, um dos maiores desafios por mim enfrentados foi o de desenvolver práticas pedagógicas alinhadas com uma educação emancipadora e consciente que contribuíssem na construção do conhecimento acerca da fascinante História de Mato Grosso, temática que tem conhecido vasta produção historiográfica nos últimos anos. Para Maurice Tardif,

[...] quer se trate de uma aula ou do programa a ser ministrado durante o ano inteiro, percebe-se que o professor precisa mobilizar um vasto cabedal de saberes e habilidades, porque sua ação é orientada por diferentes objetivos: objetivos emocionais ligados à motivação dos alunos; objetivos sociais ligados à disciplina e à gestão da turma, objetivos cognitivos ligados à aprendizagem da matéria ensinada, objetivos coletivos ligados ao projeto educacional da escola etc. (TARDIF, 2000, p. 15).

Nesse sentido, acreditando que a utilização de certas metodologias assume importância vital na potencialização deste aprendizado histórico, um dos procedimentos metodológicos utilizados por mim foi a de recorrer à utilização de imagens históricas, com o objetivo de que, através de uma reflexão crítica, pudesse lançar mão do uso de fontes visuais como recursos didáticos que proporcionassem uma aprendizagem histórica significativa.

O presente trabalho tenciona estabelecer um diálogo entre o uso de imagens, mais especificamente o de quadros históricos, e o ensino de História.

Seguindo este intento procuramos utilizar as pinturas de Moacyr Freitas, cujas telas de temática regional mato-grossense retratam aspectos políticos, econômicos e sociais dos períodos colonial e imperial do estado de Mato Grosso. Através desta investigação

científica objetivamos exemplificar a utilização da iconografia como objeto de estudo em sala de aula, tendo em vista contribuir para o desenvolvimento de competências e habilidades de interpretação e leitura de imagens, possibilitando assim, uma discussão crítica do uso deste tipo de fonte visual em sala de aula.

Pretende-se estabelecer um vínculo entre o ensino da História de Mato Grosso, dos períodos colonial e imperial, com as telas analisadas, a fim de promover uma problematização do uso da iconografia na Educação Básica.

Intenciona-se ainda, conciliar de modo prático o ensino de História e o ensino de História da Arte, por meio da utilização de imagens, contribuindo para que os alunos possam desenvolver a capacidade de interpretar e de contextualizar representações imagéticas. Em outras palavras,

Veremos que estudar as imagens (a pintura, o desenho, o filme, etc.) não é uma tarefa fácil de interpretar, sabendo que cada imagem tem a sua especificidade de acordo com o tempo e o espaço em que foram construídas pelos seus autores, e, de acordo com esse tempo, recebem diferentes interpretações. (AMORIM, SILVA, 2016, p. 166)

Reconhecer o lugar do “outro”, ou seja, identificar o local ocupados pelos chamados marginalizados da história, tais como, livres pobres, mulheres, povos indígenas e negros escravizados, também constitui-se uma de nossas tarefas, para tanto analisaremos aqui algumas das telas de Freitas que fazem parte dos referidos quadros históricos.

1.1. Iconografia e ensino de História

Estudos recentes apontam que a nova geração de historiadores vem se utilizando da iconografia como fonte privilegiada para o desenvolvimento de seus trabalhos, o mesmo acontece na sala de aula onde o professor deve lançar mão de uma série de ferramentas didáticas para conseguir desenvolver eficientemente seu ofício.

Pode-se mencionar o uso de “ilustrações”, “figuras”, “caricaturas”, “charges” e “desenhos”, que possam contribuir para tornar o conteúdo menos denso e entediante, e mais atraente e inteligível para os estudantes, fazendo com que os mesmos tenham um processo de aprendizagem mais interativo, prazeroso e significativo, proporcionando condições aos

alunos de se posicionarem criticamente frente a questões e problemas de seu cotidiano.

O trabalho com análise iconográfica na aula de História assume variadas formas e possibilidades, constituindo-se em fascinante objeto de estudo. Segundo Eduardo França Paiva,

As imagens construídas historicamente que, associadas a outros registros, informações, usos e interpretações, se transformaram, em um determinado momento, em verdadeiras certidões visuais do acontecido, do passado. Essas imagens são, geralmente e não necessariamente de maneira explícita, plenas de representações do vivenciado e do visto e, também, do sentido, do imaginado, do sonhado, do projetado. São, portanto, representações que se produzem nas e sobre as variadas dimensões da vida no tempo e no espaço (PAIVA, 2006, p. 13-14).

A iconografia é indubitavelmente uma rica fonte histórica, que traz consigo as escolhas do produtor, o contexto na qual foi produzida, bem como sua finalidade, a ideologia forjada ou inventada e o lugar social que representa, por essa razão é muito aconselhável que sejam analisadas de forma bastante criteriosa, ou primando pela criticidade, procurando compreender suas finalidades.

Em muitos casos, tais imagens históricas são tomadas como verdade absoluta, pois supostamente estariam retratando uma determinada época, um certo acontecimento histórico, um determinado costume ou ainda uma certa paisagem histórica. Por isso, é de fundamental importância que o professor de História tenha esses pressupostos em mente antes mesmo de recorrer a esse artifício em sala de aula como ferramenta eficiente no processo de ensino e aprendizagem.

De acordo com Eduardo França Paiva,

[...] a iconografia é tomada agora como registro histórico realizado por meio de ícones, de imagens pintadas, desenhadas, impressas ou imaginadas (...). São registros com os quais os historiadores e os professores de História devem estabelecer um diálogo contínuo. É preciso saber indagá-los e deles escutar as respostas. (PAIVA, 2006, p. 17)

Sendo assim, o professor precisa saber lidar criticamente com essa variedade de fontes imagéticas, uma vez que, diante de tais recursos didáticos, o mesmo necessita efetuar uma leitura criteriosa, garantindo que dessa forma possa problematizar, contextualizar,

relativizar e desconstruir para apropriar-se criticamente deles e usá-los de forma eficaz durante as aulas com os alunos. De acordo com Valesca G. Litz

O uso de pinturas é uma forma bastante rica para compreender outras épocas, pois elas sempre trazem informações sobre determinados aspectos do passado: objetos, pessoas, lugares, condições de vida, moda, infraestrutura urbana ou rural, condições de trabalho, além de determinada visão de mundo e de ideologia. (LITZ, 2009, p. 8)

A utilização da iconografia nos livros didáticos tem o peso de um registro histórico, através de imagens pintadas, desenhadas ou mesmo por meio de determinados ícones, ou ainda por intermédio de material fotográfico ou cinematográfico, constituem-se em importantes recursos com os quais os historiadores e professores de História estabelecem uma permanente interlocução, fazendo parte de sua prática pedagógica.

Diante dessa afirmação, é importante registrar, conforme descrito nos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCN):

O que se torna significativo e relevante consolida seu aprendizado. O que ele aprende fundamenta a construção e a reconstrução de seus valores e práticas cotidianas e as suas experiências sociais e culturais. O que o sensibiliza molda a sua identidade nas relações mantidas com a família, os amigos, os grupos mais próximos e mais distantes e com a sua geração. O que provoca conflitos e dúvidas estimula-o a distinguir, explicar e dar sentido para o presente, o passado e o futuro, percebendo a vida como suscetível de transformação. (PCN, 1998, p. 38).

Portanto, a análise iconográfica assume grande relevância nas aulas de História, uma vez que garante a utilização de uma prática metodológica eficiente possibilitando maior compreensão dos conteúdos de História, desde que o profissional recorra aos procedimentos coerentes para a análise dessas imagens.

O historiador Rodrigo Patto Sá Motta argumenta que

[...] os estudos dedicados às imagens têm como principal desafio teórico aquilar se a representação visual traz algo de verdade, algo de real. Colocando o problema em outras palavras, trata-se de definir se é possível acreditar nas imagens, se é factível confiar nelas. É esse um dos temas clássicos da filosofia e da história da arte: as imagens são representações perfeitas e espetaculares da realidade ou não passão de projeção de desejos, convicções e temores do observador que, assim, constrói o mundo de

acordo com suas visões? Há ainda uma posição intermediária que, equaciona melhor o problema: as imagens construídas pelos homens seriam versões distorcidas da realidade, com capacidade, no máximo, de expressar aspectos do mundo sensível. (SÁ MOTTA, 2006, p. 25).

Apesar da convicção de que a iconografia se constitui numa importante fonte histórica, a mesma precisa ser explorada com muita criticidade, na medida em que ela foi concebida ou idealizada por um determinado produtor que evidenciou seus olhares e intencionalidades, e, portanto, não deve ser lida como verdade absoluta da representação de um determinado fato histórico, evento ou costumes de uma época.

Por essa razão, os historiadores e professores de História não podem se deixar levar pelo inebriante canto da sereia de certas armadilhas metodológicas. Torna-se necessário o uso do filtro das imagens e dos registros iconográficos, ou seja, a elaboração da crítica interna e externa dessa fonte de pesquisa. Nesse sentido, mais uma vez as recomendações de Valesca G. Litz são necessárias:

O estudo associado às imagens se tornou uma ferramenta muito importante que pode ser utilizada pelos professores de História para efetuar seu trabalho tanto em pesquisas como no dia-a-dia em sala de aula. Contudo, antes de utilizar a imagem como uma simples ilustração ou um apêndice de suas aulas, debates ou discussões, o professor precisa compreender a imagem dentro de alguns parâmetros teóricos, pensar nela como parte integrante de um universo visual, compreender o real significado da iconografia em suas diferentes interpretações, para que não caia no erro de utilizar este conhecimento de forma equivocada, apenas descrevendo aquilo que está visível e reforçando o discurso construído ideologicamente. (LITZ, 2009, p. 2).

Ressalta-se ainda que esses registros historiográficos são interpretados de variadas formas pelos historiadores, pelos professores de História, pelos alunos, e pelos demais observadores da representação iconográfica, muitos anos após a produção da mesma. Ou seja, carregam em si temporalidades distintas, sendo construídas e reconstruídas incessantemente. A representação nunca é completa, da mesma forma que as versões historiográficas não são definitivas (PAIVA, 2006, p. 20).

Para Circe Bittencourt (2018, p. 290), as gravuras ou ilustrações têm sido utilizadas com frequência como recurso pedagógico no ensino de História, porém a autora acredita que o tratamento metodológico é essencial para a eficiente utilização deste recurso.

Essas imagens com suas especificidades, são produzidas diferentemente, sendo algumas delas criadas como material didático e outras, posteriormente, transformadas em recursos didáticos, como é o caso de filmes de ficção ou fotos. Mas, independentemente da origem da imagem, o problema central que se apresenta para os professores é o tratamento metodológico que esse acervo iconográfico exige, para que não se limite a ser usado apenas como ilustração para um tema ou como recurso para seduzir um aluno acostumado com a profusão de imagens e sons do mundo audiovisual. (BITTENCOURT, 2018, p. 290).

Bittencourt acredita que a questão atual para as situações de ensino é associar as pesquisas e métodos de análise de historiadores com as necessidades específicas do ensino de História.

O uso das representações imagéticas no ensino de História constitui-se indubitavelmente num relevante recurso didático, que pode contribuir para a formação crítica de alunos e professores, não obstante, estudos recentes apontam que sua utilização em sala de aula, via de regra, ainda ocorre de maneira ineficiente, em razão de uma série de fatores, tais como o despreparo ou má formação docente.

Por essa razão, torna-se extremamente necessário uma formação prévia para que o professor possa ter plenas condições de indagar as fontes imagéticas, interpretação, perceber as intencionalidades nelas impressas para que as atividades pedagógicas desenvolvidas em sala de aula sejam eficazes.

1.2. A iconografia da História de Mato Grosso

Trilhando pelo caminho descrito nas páginas anteriores, o presente estudo tem como objetivo prioritário analisar o processo de construção da identidade regional através da iconografia relacionada à História de Mato Grosso por meio das telas produzidas por um pintor regional e a partir desse pressuposto, discutir o uso dessas fontes visuais como suporte operacional e pedagógico para o ensino de História, procurando orientar alguns procedimentos teórico-metodológicos para a realização de diversas atividades a serem desenvolvidas em sala de aula com os alunos, visando a produção coletiva de um conhecimento significativo sobre esta temática.

Sendo assim, temos por objetivos identificar a importância da utilização de

imagens regionais no ensino de História de Mato Grosso, procurando evidenciar se efetivamente elas podem contribuir para uma aprendizagem histórica significativa. Para este fim, pretende-se analisar a interpretações de pinturas de um artista mato-grossense inseridas no livro *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*, da historiadora Elisabeth Madureira Siqueira.

Pretendemos ainda compreender de que maneiras tais imagens construídas legitimaram e incorporaram ao discurso oficial, proporcionando dessa forma promover a construção de uma identidade social mato-grossense, além da preocupação de perceber de que forma os ditos “marginalizados” da História foram retratados nas telas de Freitas, ou seja, a maneira pela qual os negros escravizados, os povos indígenas, as camadas populares e as mulheres foram evidenciadas nas referidas obras, se seus respectivos papéis sociais e históricos são demonstrados ou suprimidos nos traços do autor.

Este trabalho tem como um de seus propósitos principais promover uma reflexão criteriosa acerca do discurso oficial de legitimação da história mato-grossense a partir da análise das telas produzidas por Moacyr Freitas, em especial aquelas que foram publicadas no livro *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*, uma publicação da Editora Entrelinhas no ano 2002.

Também constitui-se objetivo deste capítulo, compreender como tais representações imagéticas foram construídas e incorporaram o discurso oficial, tendo por base as obras de variados historiadores que fizeram parte do IHGMT, tais como Lenine de Campos Póvoas, Rubens de Mendonça e Virgílio Corrêa Filho, que certamente influenciaram de forma decisiva na elaboração das telas de Freitas.

A pesquisa percorreu o curso metodológico usual. Inicialmente promoveu-se o levantamento das fontes bibliográficas, leitura e fichamento classificatório das obras pertinentes ao tema e posteriormente promoveu-se o trabalho de elaboração desta dissertação.

Tal como mencionou-se anteriormente, nossas fontes documentais principais são as telas de Moacyr Freitas contidas no livro didático *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*, escrito pela historiadora Elizabeth Madureira Siqueira, edição de 2002. Na referida obra buscaremos compreender de que maneira as pinturas foram inseridas ao corpo do texto ao longo dos variados capítulos referentes aos períodos colonial e imperial, através de uma análise crítica e contextualizada das mesmas, levando-se em

consideração que cada uma delas é acompanhada de legenda e um pequeno texto descritivo, tenciona-se nesse sentido verificar se elas proporcionam uma investigação crítica dos acontecimentos históricos.

Seguindo esse intento fizemos uso das obras *Inaugurando a História e construindo a nação: discursos e imagens no ensino de História*, organizada pelas historiadoras Lana Mara de Castro Siman e Thais Nívia de Lima e Fonseca, além de *História e imagens*, de Eduardo França Paiva. No intuito de se verificar o papel social protagonizados pelos “outros” sujeitos históricos nas pinturas de Moacyr Freitas, recorreremos a esse diálogo historiográfico entre texto e imagem.

Diversas outras obras bibliográficas complementam e norteiam a análise das obras do pintor regional, cabe aqui ressaltar aquela que julgamos mais relevantes *Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica*, de Peter Burke.

1.3. Conhecendo Moacyr Freitas

Moacyr Freitas é natural de Cuiabá, nascido em 7 de julho de 1930. Graduado em Arquitetura e Urbanismo no ano de 1960, pela Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Teve atuação profissional nessa área, tendo contribuído no processo de elaboração do conceito arquitetônico do Centro Político Administrativo (CPA), cuja construção iniciou-se no governo de José Fontanilhas Fragelli, em meados da década de 1970 durante o regime militar, sendo que sua conclusão se deu nos anos 1980. Além disso, também atuou na elaboração do projeto arquitetônico e urbanístico da rodoviária de Cuiabá, Terminal Rodoviário Engenheiro Cássio Veiga de Sá, e de outros projetos desenvolvidos na capital mato-grossense, Freitas também foi professor titular da Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

O autor concedeu-nos uma entrevista em sua residência no centro de Cuiabá, onde nos relatou detalhes de sua carreira acadêmica e profissional, o interesse antigo pela História de Mato Grosso, por ser cuiabano de “tchapa e cruz” e pelo orgulho de sua terra natal, bem como o desenvolvimento de seus trabalhos enquanto pintor de quadros históricos após sua aposentadoria da arquitetura.

Paulo Pitaluga (2000, p. 72) afirma que Freitas tem no desenho livre sua máxima

expressão, daí a beleza de suas telas, o detalhamento de suas gravuras e a riqueza de todos os seus trabalhos artísticos.

Membro do IHGMT desde 1992, é autor de várias obras do acervo pictórico do estado, registrando cenas dos períodos colonial e imperial – presentes no antigo acervo do Museu Histórico de Mato Grosso, localizado na Praça da República, em Cuiabá.

Uma coletânea de 60 destas obras, acompanhados de textos explicativos produzidos pelo historiador Paulo Pitaluga, foram expostas durante a “Mostra Mato Grosso: História, Memória e Arte”, realizada na sede da Secretaria Estadual de Cultura, durante o mês de agosto de 2016.

Além disso, é digno de nota ressaltar que Moacyr Freitas também desenvolveu atividades como escritor, além de projetos visando ilustrar eventos relevantes da história mato-grossense, sendo de sua lavra as seguintes obras *História Ilustrada de Cuiabá – dias difíceis nos arraiais* (1992), ...*E o tempo passou* (1995), *Gravuras cuiabanas* (1997), *Capela de São Gonçalo do Porto* (1997), *Primeiros Tempos da Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá* (2006), entre outras publicações.

Após conseguir sua aposentadoria, ocorrida em 1991, passou a dedicar-se integralmente à pintura, época em que tornou-se membro do IHGMT, e em parceria com o historiador Paulo Pitaluga passou a desenvolver importantes projetos.



Figura 1: Desenho representando o pintor Moacyr Freitas

1.4. Moacyr Freitas e o IHGMT

Ao longo de sua formação histórica, Mato Grosso recebeu em seu território diversos aventureiros, cronistas, militares, burocratas de Estado, escritores, cientistas e historiadores, que tiveram a preocupação com o registro de suas pesquisas, o relato do roteiro de suas viagens, os apontamentos de experiências científicas e específicas da fauna e da flora mato-grossense, além das anotações de aventuras ocorridas neste canto do interior do país. Dessa forma, a partir destas abrangentes obras, forjou-se a base estrutural da historiografia mato-grossense.

Nos estudos de Lylia Galetti (2012) verificou-se Mato Grosso era representado pelos brasileiros ora negativamente em razão das grandes distâncias e dificuldades no trajeto que o separavam do mundo e do Brasil civilizado, e também positivamente como sertão promissor e fronteira da pátria. Para os viajantes estrangeiros do século XIX, a região era vista como um lugar próxima da barbárie, rica em recursos naturais e dominada por indígenas selvagens e mestiços indolentes. Na concepção dos mato-grossenses, havia um profundo mal estar cultural em face de uma identidade estigmatizada pela barbárie, que poderia ser rastreado em escritos de historiadores canones como Francisco Adolfo de Varnhagen, o visconde de Porto Seguro (cf. RIBEIRO, 2013; AMEDI, RIBEIRO, 2013).

De acordo com Paulo Pitaluga, (2000, p. 9), se por um lado tivemos uma vasta produção de registros historiográficos nestas terras, desde o século XVI, por outro, houve uma carência de artistas que pudessem ter registrado acontecimentos importantes e o cotidiano do Mato Grosso colonial.

Foram, exceções os desenhistas que acompanhavam expedições científicas e que se ativeram em grande parte à representação da fauna, flora, índios, e uma ou outra paisagem mais representativa. Outros se ativeram à confecção dos mapas oficiais da capitania.

Nenhum relato a óleo de autoridades coloniais de Mato Grosso foi nessa capitania produzido. Quadros de reis e rainhas de Portugal vinham diretamente da Corte.

Basicamente não houve maiores representações do visual mato-grossense da época. Os olhares eram meramente científicos e não artísticos. Não temos paisagens, personagens, meio social, interiores e o cotidiano devidamente registrados e que hoje pudessem nos mostrar, identificar e detalhar o Mato Grosso colonial. Muito menos, a representação artística de

episódios importantes de nossa história secular. (PITALUGA, 2000, p. 9).

Percebe-se pela leitura da citação acima que um dos objetivos principais dos referidos autores era a de estabelecer registros iconográficos da trajetória histórica de Mato Grosso, uma vez que ambos enquanto membros do IHGMT, assumiram a tarefa de tentar demonstrar a grandiosidade do passado mato-grossense e contribuir dessa maneira para a formação de sua identidade regional.

Para Renilson Rosa Ribeiro, ao analisar esse tipo de narrativa da nação/visão,

As disputas pelo passado vinculam-se ao projeto de construção e legitimação da noção de nação e de identidade nacional. A História, a partir do século XIX, emergiu como instrumento importante de uma pedagogia do cidadão, daquele que iria habitar o território da nação e traria no corpo e na alma as suas marcas (FURET, s.d.). Para constituir este sentimento de pertencimento haveria a necessidade de forjar uma narrativa que determinasse a origem comum do todo que constituiria a nação, definindo o desenho de seu território, suas belezas naturais, seu povo e seus feitos. (RIBEIRO, 2013, p. 172)

Como afirmou-se anteriormente, Moacyr Freitas faz parte do IHGMT desde o ano de 1991, e a produção de 60 telas fez parte de projetos desenvolvidos pelo autor ao longo das últimas décadas.

Com o objetivo de construir o sentimento de nacionalidade brasileira, escrever sua história e propagá-la, principalmente através da educação, garantindo dessa forma a construção da identidade nacional do país foi criado em 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

A criação do IHGB constituiu-se como uma iniciativa do cônego Januário da Cunha Barboza e do marechal Raimundo José da Cunha Mattos, que assumiram para si a tarefa patriótica de serem os construtores da memória nacional, influenciado pelo modelo do Instituto Histórico de Paris. Para o historiador Manoel Salgado Guimarães,

Guardadas as especificidades históricas de cada uma, próprias da natureza da discussão da “questão nacional” em seus respectivos espaços de origem, podemos pensar o Institut Historique de Paris como fornecedor dos parâmetros de trabalho historiográfico ao IHGB, e instância legitimadora, cuja chancela poderia dar um peso relevante e destaque a uma história nacional em construção, como a brasileira. (GUIMARÃES, 1988, p. 13).

Na esteira desse movimento também surgiram diversos institutos históricos em vários estados brasileiros, a exemplo do que ocorreu em Mato Grosso.

O IHGMT é considerado a instituição cultural mais antiga do estado de Mato Grosso, criada a 1º de janeiro de 1919 e instalada em 08 de abril do referido ano. Entre os intelectuais mato-grossenses que estiveram entre os seus sócios fundadores incluem-se Antônio Fernandes de Souza, Carlos Gomes Borrallo, Emílio Amarante Peixoto de Azevedo, Estevão de Mendonça, Francisco de Aquino Corrêa, João Cunha, Joaquim Pereira Ferreira Mendes, José Barnabé de Mesquita, Luís da Costa Ribeiro, Ovídio de Paula Corrêa, Philogônio de Paula Corrêa e Virgílio Alves Corrêa Filho.

Como mencionamos, esta instituição foi fundada no ano de 1919, por ocasião da celebração do bicentenário da cidade de Cuiabá, fazendo parte das comemorações alusivas ao referido jubileu. Teve entre seus principais entusiastas fundadores, o bispo D. Francisco de Aquino Corrêa, que à época, exercia o cargo de Presidente do Estado de Mato Grosso, tendo assumido o cargo após um agitado período de violentas contendas políticas envolvendo as elites dirigentes locais, a chamada “Caetanada”.

Em relação a esse momento no Mato Grosso, Laura Antunes Maciel tece as seguintes afirmações:

De um lado, escolhe-se o que e como lembrar, ordenando o passado e definindo suas possibilidades e aliados, construindo uma memória comum a todos os mato-grossenses. De outro, esse movimento elege o responsável pela guarda desse passado: o cuiabano. Descendente direto dos bandeirantes paulistas, ele constituiria o verdadeiro mato-grossense. Dessa forma, operando uma reconstrução seletiva do passado, busca-se construir, ao mesmo tempo, o seu legítimo herdeiro e o outro, o excluído dessa história. E esse outro, em alguns momentos, podia ser tanto os demais nascidos em Mato Grosso, principalmente no sul do estado, quanto os “paus-rodados”, os que vieram de outros estados brasileiros e que em nenhum momento confundem-se com os “da terra”. (MACIEL, 1992, p. 132).

Teve este governante, ao lado de outras figuras de relevo da literatura mato-grossense daquela época, a tarefa de promover a criação desta instituição cuja proposta principal seria a de promover a valorização da História e da cultura regional, em um momento

histórico em que vários estados brasileiros perseguiam os mesmos objetivos.

No programa das festas comemorativas do bicentenário da fundação de Cuiabá figurou, como primeiro número, a solene sessão de instalação do Instituto Histórico de Mato Grosso, cujo nome mais tarde foi alterado para “Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso”, fundado por inspiração do então presidente Dom Aquino Corrêa. A solenidade ocorreu no salão nobre do Palácio da Instrução, a 08 de abril de 1919, ao final da qual foram distribuídos entre os presentes exemplares do primeiro número da revista da entidade. (PÓVOAS, 1996, p. 279).

A primeira presidência do IHGMT foi responsabilidade assumida pelo então arcebispo de Cuiabá e presidente do Estado de Mato Grosso, Dom Francisco de Aquino Corrêa, que ocupou o cargo por um dilatado período (1919-1956). Em seguida esta instituição foi presidida Isaac Póvoas (1956-1971), posteriormente o IHGMT foi presidido pelos seguintes sócios Francisco Alexandre Ferreira Mendes (1971-1976), Luis-Philippe Pereira Leite (1976-1996), Paulo Pitaluga Costa e Silva (1996-1998), Elizabeth Madureira Siqueira (1998-2002), João Carlos Vicente Ferreira (2002-2010), Weller Marcos da Silva (2010), Anna Maria Ribeiro (2011), Elizabeth Madureira Siqueira (2012), Vinícius de Araújo Carvalho (2012-2014), João Carlos Vicente Ferreira (2014-2016) e novamente Elizabeth Madureira Siqueira (2016-2018). O instituto possui sede própria na denominada “Casa Barão de Melgaço”, localizada à rua Barão de Melgaço nº 3869, centro da capital mato-grossense.

Letrados da envergadura de D. Aquino Corrêa e Virgílio Corrêa Filho, arregimentados em espaços como o IHGMT e movimentando-se entre diferentes campos do saber, eram nas primeiras décadas da República, de acordo com Ângela de Castro Gomes (2009, p. 25) os porta-vozes do discurso da modernização:

Tais intelectuais assumem, de modo obsessivo, o desafio de modernizar uma sociedade saída da escravidão e do regime monárquico, considerados, com intensidades que variavam conforme a adesão ou a aceitação do republicanismo, responsáveis, em grande medida, pelo “atraso” em que o país se encontrava. (GOMES, 2009, p. 25).

A produção desenvolvida pelo IHGMT tinha prioritariamente a missão de promover a demonstração de um passado glorioso das terras mato-grossenses, ilustrado na conquista territorial protagonizada pelos bandeirantes, a exploração do rico ouro das minas

cuiabanas, a dominação dos povos indígenas e dos africanos escravizados, consolidando dessa forma a colonização e civilização destas terras em um período histórico em que as fronteiras coloniais da América Portuguesa se ampliavam consideravelmente.

Desde o ano de sua fundação, o IHGMT vem publicando sua revista anual, tendo lançado até o presente momento mais de 60 volumes. Nessas publicações estão contidos centenas de artigos, fruto da investigação científica promovida por um grande número de historiadores, escritores e pesquisadores. Além disso, também foram publicadas nessas revistas centenas de documentos relevantes para o conhecimento da História de Mato Grosso, contribuindo assim para o enriquecimento da historiografia regional.

Cabe ressaltar ainda que tais publicações são remetidas para várias instituições culturais neste estado, no país e até para o exterior, promovendo a divulgação de aspectos significativos do passado, da cultura e da História mato-grossense.

De acordo com o historiador João Carlos Vicente Ferreira,

O IHGMT, sociedade perene, sem dúvida é um dos baluartes da história de Mato Grosso. Respeitado pelo alto valor de sua produção científica e pelo posicionamento histórico-moral como guardião da correção dos fatos históricos e da memória social da gente e da terra mato-grossense. De autoria de seus sócios, portanto, sob sua égide, foi produzido mais de 80% de tudo o que foi publicado sobre a história deste Estado, na maior e melhor contribuição que uma instituição cultural, no decorrer de sua existência, poderia oferecer para MT. (FERREIRA, 2014, p. 306).

Assim, concluímos que o IHGMT teve a missão de elaborar e divulgar a história oficial do estado de Mato Grosso, tendo por base as diretrizes estabelecidas pelo IHGB, onde a grande preocupação foi a de demonstrar um “passado glorioso”, procurando contribuir para a consolidação da identidade cultural do estado.

Vales destacar que as produções do IHGMT, assim como da Academia Mato-Grossense de Letras,

[...] desde sua fundação aos dias atuais, particularmente os catálogos, publicações avulsas, homenagens a personagens com destaque para Lenine Póvoas e álbuns comemorativos aos jubileus, tem sido consideradas importantes fontes de consulta. Um conjunto de obras de sócios e de patronos pode ser encontrado, a exemplo das obras de José de Mêquita, que nos últimos anos tem “saído” do IHGMT, para acompanhar os estudos de historiadores e estudiosos interessados em pesquisar a respeito da

história das origens e práticas jurídicas em Mato Grosso, sobre personagens femininas e famílias. (CANAVARROS, BORGES, PERARO, JOANONI NETO, 2012, p. 80).

Segundo a historiadora Ana Maria Marques,

O IHGMT investiu tintas na produção de uma história que harmonizasse as “três raças”. O discurso da construção da nação supostamente pela “mistura das raças” aparece nos quadros do Moacyr Freitas, que busca reproduzir esse repertório narrativo do instituto, mas não reverbera essa mistura, e sim a presença. Mistura não há. Brancos, negros e índios aparecem em lugares distintos, mesmo que copartícipes de um mesmo fato. São dois lugares bem definidos que também se bifurcam. Elite branca e pobre (despossuídos, que eventualmente podiam ser brancos também, mas em geral negros, porque havia os índios que não se deixaram dominar). Em ambos os lados, as mulheres têm um papel sempre passivo, conciliador e maternal, quase que protegidas pela sagrada tarefa da reprodução. (MARQUES, 2015, p. 456).

Vale ressaltar que até a década de 1980 toda a produção relativa à História de Mato Grosso era feita quase de forma exclusiva por intelectuais membros do IHGMT, essa narrativa historiográfica positivista foi hegemônica até pouco tempo. As pinturas históricas de Moacyr Freitas seguem este tipo de análise histórica.

Conforme Peter Burke (2004, p. 235), o historiador e o pintor são propagadores da história, uma vez que, deixam de ser testemunhas para ser historiadores. Nas suas palavras,

[...] as imagens nos permitem ‘imaginar’ o passado de forma mais vivida. [...] nossa posição face a face com uma imagem nos coloca face a face com a história. O uso de imagens em diferentes períodos como objetos de devoção ou meios de persuasão, de transmitir informações ou de oferecer prazer, permite-lhes testemunhar antigas formas de religião, de conhecimento, crença, deleite, etc. embora textos também ofereçam indícios valiosos, imagens constituem-se no melhor guia para o poder de representações visuais na vida religiosa e política de culturas passadas (BURKE, 2004, p. 17).

1.5. “Quadros históricos” de Mato Grosso

Começaremos nossa análise pela figura 2, que apresenta a pintura de Moacyr Freitas que faz alusão à descoberta das “Lavras do Sutil”, localizadas no córrego da Prainha, afluente do rio Cuiabá, localizada na região central daquela que viria a ser futura vila de

Cuiabá. Fato histórico ocorrido no ano de 1727, e que segundo boa parte dos historiadores, corresponde à origem histórica da cidade verde.

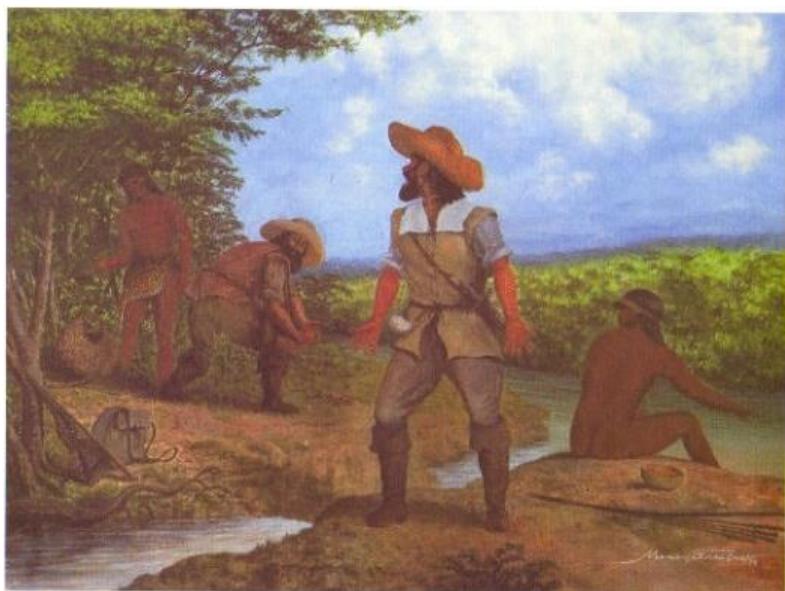


Figura 2. As lavras do Sutil. Moacyr de Freitas (2000). Acervo da Fundação Cultural de Mato Grosso.

Ao efetuar uma leitura mais criteriosa dos detalhes contidos na obra, podemos verificar que o destaque predominante é endereçado ao homem branco, o bandeirante que aparece como figura central da tela, ele se constitui no protagonista do processo de conquista do inóspito sertão e o responsável pelo início da exploração aurífera no interior da colônia portuguesa.

O sertanista é aqui apresentado tendo por base a historiografia tradicional, que ajudou na construção do mito do bandeirante, herói nacional, em razão da contribuição no alargamento de nossas fronteiras e no crescimento da configuração territorial brasileira. A ação dos bandeirantes paulistas, pela ótica dos letrados do IHGMT, fazendo coro com o seu congénere Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), seria a grande protagonista pelo alargamento dos limites entre as coroas ibéricas estabelecidos desde Tordesilhas, em 1494; pelas descobertas de riquezas minerais e pela manutenção dessas fronteiras. De acordo com Marcelo Lapuente Mahl, o IHGSP nasceu seguindo os moldes do IHGB, porém definiu como missão “apresentar um novo olhar sobre a história do Brasil, valorizando especialmente os feitos paulistas e sua influência na história do país” (MAHL,

2008, p. 28-29).

Percebe-se que Freitas produziu esta tela com base na historiografia tradicional sobre o fenômeno do bandeirismo e nos desenhos produzidos pelo caricaturista Benedito Carneiro Bastos Barreto, o Belmonte (1896-1947) retratados na obra *No tempo dos bandeirantes*.

Moacyr Freitas, na tela “*As lavras do Sutil*”, apresenta o bandeirante paulista da forma idealizada pela historiografia tradicional (cf. ABUD, 1985), portando colete de couro, chapéu de abas largas e botas de cano alto, em primeiro plano, senhor absoluto das ações, e os indígenas aparecem nos cantos direito e esquerdo como coparticipantes da dita descoberta.

Conforme relatou o historiador Rubens de Mendonça, membro do IHGMT,

Graças a essa nova descoberta vieram para essas lavras aventureiros e sertanistas de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Piauí e Maranhão; era tal a fama da nova descoberta, que eles enfrentavam perigos sem conta, atravessando o sertão bruto, vencendo mais de 500 léguas, em canoas partindo de “Araritaguaba” descendo os rios Tietê o rio que nasce no litoral e corre para o interior, e o Grande subindo o Anhadui acima da barrra do rio Pardo, atravessando a Vacaria, descendo o Mboteteu e deste subindo pelo Paraguai o rio Porrudos, até o Cuiabá. (MENDONÇA, 1970, p. 15).

Percebemos que a tônica do relato de Rubens de Mendonça aponta para a auspíciosa descoberta e sua consequência mais importante, ou seja, o grande afluxo migratório que se deslocou para essa nova jazida aurífera, à época, recém-descoberta.

Vejamos como se referiu a este fato histórico o historiador Lenine de Campos Póvoas, também sócio do IHGMT,

Um paulista, Miguel Sutil, que se localizou à beira do rio Cuiabá [...] plantou roças e esperava a sua colheita. Tendo terminado o seu abastecimento de açúcar determinou que dois índios fossem ao mato, colher mel. Seguiram eles pela madrugada e só retornaram à noite, encontrando Sutil muito zangado com sua demora. Quando este os admoestava, um deles tirou do jaleco um rústico embrulho de folhas contendo vinte e três granetes de ouro, que pesavam cento e vinte oitavas. (PÓVOAS, 1995, p. 82).

Neste relato, o historiador aponta para o fato de que a descoberta desta importante jazida aurífera teve participação decisiva de dois indígenas, aos quais José Barbosa de Sá, o primeiro cronista das terras mato-grossenses chamou de escravos.

Outro membro-fundador do IHGMT, Virgílio Corrêa Filho nos relata este fato do seguinte modo:

De sua roça, à beira de Cuiabá, não distante da barra do Coxipó, despachara Miguel Sutil dois índios à procura de mel. Tardaram até alta noite e ao tornarem ao riacho, admoestados pelo patrão que lhes estranhara a demora, respondeu-lhe o mais ladino: “vós viestes a buscar ouro ou a buscar mel?”. (CORRÊA FILHO, 1994, p. 206).

Outro relato acerca do referido evento histórico foi elaborado por Elizabeth Madureira Siqueira, que também ocupou a presidência do IHGMT,

Os índios regressaram à roça, trazendo mostras de ouro que haviam encontrado. Sutil, após verificar a localização da mina descoberta pelos índios, migrou com seu pessoal para o córrego e dedicou-se à extração de ouro. (SIQUEIRA, 1990, p. 13).

O próprio Moacyr Freitas destaca que para legitimar a descoberta Miguel Sutil e os outros regressaram no dia seguinte ao Arraial da Forquilha. Suas informações alusivas à nova jazida aurífera descoberta entusiasmaram muitos a segura-lhes o exemplo. Assim, pouco a pouco foram se mudando para o novo lugar, que já denominavam de “Lavras do Sutil”. O Arraial da Forquilha começa, então, a despovoar-se, e gradativamente era erigido um novo núcleo populacional, denominado Arraial do Senhor Bom Jesus. (FREITAS, 1992, p. 6-7)

Nitidamente a produção da tela “Lavras do Sutil” se deu com base nos relatos descritos pelos intelectuais do IHGMT, apesar disso, a representação iconográfica coloca os indígenas, verdadeiros descobridores da jazida, apenas como personagens secundários, visto que o destaque maior fica inegavelmente para o bandeirante. Para Renilson Rosa Ribeiro e Nathália da Costa Amedi,

A organização, as finalidades e as formas de entender o passado do grêmio carioca serviu de modelo e fontes de inspiração para iniciativas semelhantes em diferentes partes do Brasil no final do século XIX e início do XX. Nesse contexto, por exemplo, foram fundados o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), em 1894, na capital paulista, e o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT), em plena as comemorações do bicentenário de Cuiabá, em 1919. Nesse “panteão de papel”, entre os heróis nacionais os bandeirantes têm assumido lugar de destaque, constituindo-se

em objeto de jogos de memórias, de litígios de representatividade, de controvérsias e polêmicas interpretativas – ora oscilando como um pêndulo nos meandros do binômio história nacional/história regional. (AMEDI, RIBEIRO, 2013, p. 155)

Na figura 3 que apresenta segunda tela a ser analisada, Moacyr Freitas recria o que poderia ter sido a chegada da monção do capitão-general da Capitania de São Paulo, D. Rodrigo Moreira César de Menezes a Cuiabá, fato que ocorreu no final do ano de 1726.



Figura 3. Chegada da monção de Rodrigo César de Menezes a Cuiabá. Moacyr Freitas (2000).
Acervo da Fundação Cultural de Mato Grosso.

A transferência do governante da Capitania de São Paulo, bem como de maior parte de estrutura administrativa para Cuiabá foi ocasionada em razão elevada extração aurífera, além do objetivo de implantar um rigoroso aparato fiscalizador na região.

De acordo com Rubens de Mendonça (1970, p. 17), chegou a 15 de novembro de 1726, neste arraial, o capitão general governador da Capitania de São Paulo, Dom Rodrigo César de Menezes, acompanhado de uma grande frota de canoas.

Corrêa Filho (1994, p. 18), nos conta que o capitão-general foi acolhido com as honras devidas ao delegado d'El-Rei. O governador partiu de São Paulo com uma comitiva de cerca de 3.000 pessoas, conduzidas numa flotilha de 308 unidades, conforme relato de Póvoas (1995, p. 86).

O relato de Moacyr Freitas aponta que,

Dia 14 de novembro de 1726, após quatro meses de viagem, o Capitão general Rodrigo César de Menezes, governador da capitania, fez pouso próximo à antiga roça de Moreira Cabral, no Arraial de São Gonçalo. (...) Umas três mil pessoas chegaram naquela comitiva. O rio Cuiabá esteve movimentadíssimo com umas 300 canoas que ali aportaram. (...) Um nobre e pomposo séquito recebera sua excelência sob um pálio e o conduziu à matriz do Senhor Bom Jesus. (FREITAS, 1992, p. 16).

O governador paulista é retratado no centro da imagem, cercado por várias autoridades, burocratas, militares e membros do clero católico. O trajeto do governador e seu séquito foi o mesmo efetuado pelos primeiros conquistadores deste território, isto é, a monções, a imensa rede hidroviária que drena esta parte mais central da América do Sul.

Os negros, condutes das monções, são vistos ancorando os imensos batelões junto à margem do rio, e no canto direito inferior aparecem as únicas figuras femininas do referido quadro, uma negra escravizada e uma mulher indígena que conduz o filho junto ao colo, seus rostos não são identificáveis, estas personagem acompanham atentamente o desenrolar do evento, mesmo que de forma periférica, quase que excluídas, representando a força do trabalho local e a importância da maternidade, papéis reservados às mulheres, sobretudo aquelas representantes dos estamentos inferiores da sociedade colonial.

Na figura 4, Freitas reconstituiu a leitura da ata de elevação de Cuiabá à condição de Vila Real do Senhor Bom Jesus, ocorrida em 1º de janeiro de 1727, em ato solene onde o governador Rodrigo César de Menezes lê para o povo cuiabano a determinação governamental. Na imagem aparece ao fundo central da tela, o governador de São Paulo, em pé junto ao pelourinho, símbolo do poder da Coroa Portuguesa, erigido em frente ao recém-instalado Senado da Câmara de Cuiabá, ao seu redor estão os habitantes da recém-promovida vila cuiabana, ali se encontram as autoridades coloniais, além da população em geral, formada por livres pobres e alguns escravos que circulam pelo local. Aqui percebe-se a ênfase dada ao papel da liderança política exercida por homens brancos e representantes do poder metropolitano.



Figura 4. Elevação de Cuiabá à vila. Moacyr Freitas (2000). Acervo da Fundação Cultural de Mato Grosso.

O historiador Rubens de Mendonça (1970, p. 17), descreveu que o primeiro ato de Dom Rodrigo foi elevar Cuiabá à categoria de Vila, com o nome de Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá e instalando sua câmara. Pitaluga (2000, p. 26), confirma que o pomposo título honorífico de Senado da Câmara da Vila Real do Senhor Bom Jesus deveu-se à expressiva extração de ouro das minas cuiabanas.

Na próxima tela (figura 5) Moacyr Freitas aborda a fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade, situada no vale do rio Guaporé, junto aos domínios coloniais espanhóis, para efetivação do princípio do “uti possidetis” e a transformação da Capitania de Mato Grosso no que se convencionou chamar de “antemural da colônia”.

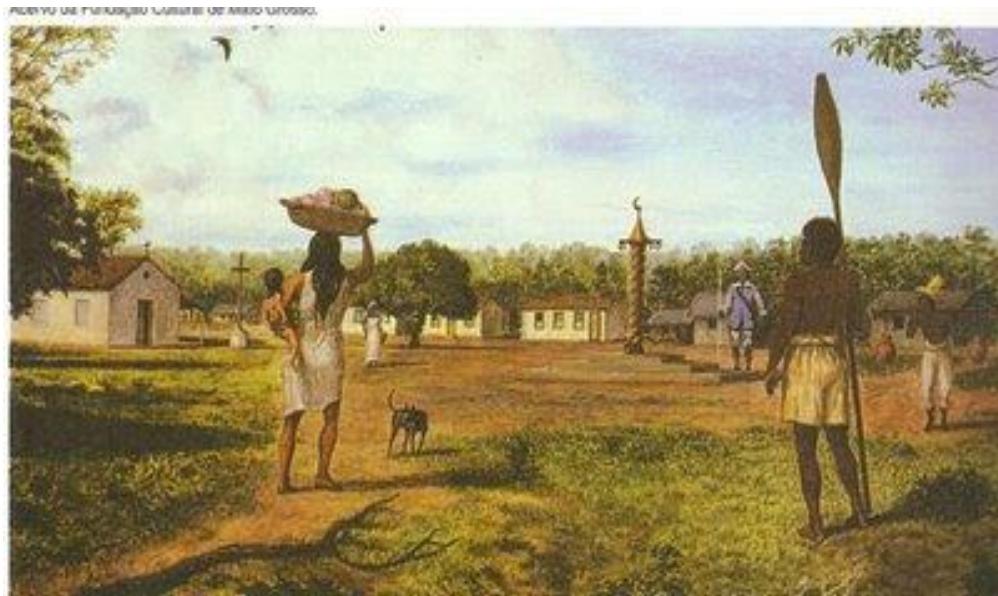


Figura 5. Fundação de Vila Bela. Moacyr Freitas (2000). Acervo da Fundação Cultural de Mato Grosso.

Lenine de Campos Póvoas (1995, p. 107) afirma que em 19 de março de 1752 foi erigida a vila, levantando o pelourinho e dando-lhe o nome de Vila Bela da Santíssima Trindade, a quem dedicaria a igreja matriz que ali se iria construir.

Ao relatar o advento da instalação da vila capital, Virgílio Corrêa Filho assim se expressa,

Neste dia, levantou o pelourinho, símbolo da hierarquia vilarenga que abrolhava no ermo. Deu-lhe o título de “Vila Bela da Santíssima Trindade” e para lhe assinalar a existência, “em uma casa que se armou de toldos, no lugar de praça, se fez o ato de criação da vila”, e tomaram posse as primeiras autoridades municipais. (CORRÊA FILHO, 1994, p. 323).

Nesta tela Moacyr Freitas apresenta uma imagem do que possivelmente seria uma paisagem dos primórdios da vila capital, onde se identificam claramente, o pelourinho, um dos símbolos do poder metropolitano, além dele podemos verificar também um representante das companhias militares guaporeanas, além de alguns escravos carregando instrumentos de trabalho e duas mulheres, possivelmente uma delas, de origem indígena, carregando uma bacia de roupas na cabeça e o filho no colo, representando aqui os papéis exercidos por estes indivíduos, os escravos destinados aos duros trabalho na insalubre região do Guaporé, e as mulheres para os trabalhos domésticos e a garantia da perpetuação da

espécie. Em nenhum momento esses setores marginalizados são apresentados como protagonistas no processo de conquista e colonização destas terras, apesar de sabermos que sem a contribuição desses contingentes populacionais seria impossível a consolidação da fronteira oeste da América portuguesa.

Na próxima pintura (figura 6), intitulada “Destruição do Piolho”, Freitas descreve a captura de quilombolas pelas tropas militares enviadas pelas autoridades metropolitanas estabelecidas em Vila Bela da Santíssima Trindade.

Na imagem aparece um grupo de escravos recapturados sendo conduzidos por uma escolta de militares, representantes do poder metropolitano, destruidores desse foco de resistência de transgressores da ordem vigente e que os leva de volta à capital da capitania.



Figura 6: Destruição do Quilombo do Piolho. Moacyr Freitas (2000). Acervo da Fundação Cultural de Mato Grosso.

Nesta imagem os negros são representados com vestimentas simples, portando calças feitas de algodão rústico e produzidas no próprio quilombo, estão descalços e apresentam certa resignação com aquela situação de serem reconduzidos para Vila Bela, onde deveriam retornar à condição de escravizados.

Por outro lado, os soldados são representados com lustrosos uniformes militares, estão fortemente armados, representando a superioridade bélica em relação aos quilombolas.

Aspecto interessante o sobrevoo de um urubu sobre os céus do quilombo naquele momento, denotando que o ataque daquela expedição certamente provocou vítimas fatais.

Com o estabelecimento da extração aurífera na região guaporeana, negros fugidos dos extenuantes trabalhos da mineração, além de indígenas e mestiços se estabeleceram junto às margens do rio Galera, lá edificaram o Quilombo do Piolho ou Quariterê, que se caracterizou como um dos mais importantes quilombos da História de Mato Grosso.

Provavelmente essa denominação é referente à um de seus líderes José Piolho, que possivelmente foi a primeira liderança local. Após seu falecimento, assumiu a chefia dessa comunidade quilombola, sua companheira Tereza, considerada “rainha” local, assessorada por uma espécie de Parlamento.

De acordo com Lenine C. Póvoas,

O quilombo foi descoberto no governo do 3º capitão General, Luís Pinto de Souza Coutinho, destruído no governo de Luís de Albuquerque, reconstruído pelos negros e finalmente arrasado no governo de João de Albuquerque, irmão e sucessor de Luis. (PÓVOAS, 1995, p. 154).

Aqui procuraremos compreender a intencionalidade do autor em retratar este evento desta forma, retratando esse movimento de luta e resistência como derrotado. Nem o protagonismo negro e muito menos o protagonismo feminino na busca da liberdade e de melhores condições de vida foram destacados.

Na historiografia mato-grossense o Quilombo do Piolho é considerado o mais significativo reduto de fugitivos da ordem escravocrata, erigido na região de Vila Bela.

Este quilombo foi derrotado à mando o capitão-general Luiz Pinto de Souza Coutinho que encaminhou expedições militares oficiais, chefiadas pelo sargento-mor João Leme do Prado, em 1770, com o objetivo de destruir aquela comunidade de fugitivos.

As fontes históricas apresentam algumas divergências em relação ao número exato de habitantes desta comunidade, oscilando entre 69 e 87, além de 30 e poucos indígenas. A grande originalidade deste quilombo diz respeito a sua forma de governo: a realeza e a sua organização interna.

Na época de sua primeira destruição, era governado por uma mulher, a rainha Tereza de Benguela, liderança quilombola que atuou na segunda metade do século XVIII,

comandando a estrutura política, econômica e administrativa do Quilombo do Quariterê. Ao tornar-se mito, Tereza de Benguela é hoje símbolo de liderança, força, determinação, orgulho e luta pela liberdade. Recentemente foi aprovada a lei nº 12.987/2014, que estabeleceu o 25 de julho como o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra.

As imagens desenhadas por Moacyr Freitas reverberam essa narrativa da nação/região triunfalista branca, europeia, católica e masculina – traduzida na figura mítica dos colonizadores portugueses. Há uma conexão intrínseca entre as narrativas forjadas no contexto do bicentenário de Cuiabá e a representação iconográfica elaborada pelo Freitas – estabelecendo um *continuum* da história de Mato Grosso, traduzida na épica cuiabana. Segundo Odemar Leotti,

Acontecimentos como a chegada dos sertanistas deveriam constituir-se enquanto discurso fundador da identidade mato-grossense, legitimando o poder político no presente. Assim, ao ato de seu sentido local e temporal (dos sertanistas terem vindo em busca de apresamento indígena), é acrescentado para, em seguida, ligá-lo a outro corpo de escrita, estabelecendo uma continuidade histórica e com ela a festa que uniria o povo mato-grossense. (LEOTTI, 2013, p. 143).

Para Lylia Galetti, o mato-grossense puro, sob a ótica da historiografia produzida pelo IHGMT ao longo do século XX, era um produto genuíno do bandeirante e do guaicuru. Formado no período colonial, quando Mato Grosso teria ficado isolado do resto do Brasil, este mato-grossense autêntico personificava o tipo nacional verdadeiramente brasileiro (GALETTI, 2012, p. 356). Um fantasma persistente que perambula ainda nas narrativas escolares, monumentos, praças e ruas de Mato Grosso, em especial na cidade de Cuiabá.

CAPÍTULO 2

O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA REGIONAL MATO-GROSSENESE

A utilização do livro didático, enquanto recurso metodológico, no cotidiano educacional brasileiro é uma prática de aproximadamente de dois séculos. Constitui-se num objeto diretamente relacionado com o processo de ensino e aprendizagem, fazendo-se presente na vida escolar de alunos, professores, pais e demais componentes do sistema educacional brasileiro.

Nos últimos anos verificou-se uma expansão de pesquisas acadêmicas relacionadas ao livro didático, sendo importante ressaltar que este fenômeno não é apenas brasileiro, mas uma tendência internacional.

Reconhecida autoridade em pesquisas relacionadas à esta temática, Alain Choppin assinala que os livros didáticos desempenham importante papel não apenas enquanto ferramentas pedagógicas, mas também por constituírem-se em suportes de seleções culturais variáveis, verdades a serem transmitidas às novas gerações, bem como meios de comunicação eficazes na difusão de seus pressupostos. Para Renilson Rosa Ribeiro,

Os livros didáticos, dentro da história do livro e dos saberes disciplinares, são considerados depositários dos conteúdos escolares, suporte básico e sistematizadores privilegiados dos conteúdos apresentados pelos programas curriculares das diferentes disciplinas escolares; é por meio dele, entre outros meios, que são passados os conhecimentos e as técnicas considerados fundamentais em determinada época. (RIBEIRO, 2018, p. 104).

Segundo Kazumi Munakata, o livro didático destaca-se como elemento fundamental das políticas públicas de educação, das práticas didáticas e da constituição e

transmissão dos saberes e da cultura escolar (MUNAKATA, 2012).

Seguindo este intento procuramos utilizar as pinturas de Moacyr Freitas, cujas telas de temática regional mato-grossense retratam aspectos políticos, econômicos e sociais dos períodos colonial e imperial de nosso estado, conformando a fabricação de uma identidade.

Através desta investigação objetivamos exemplificar o uso de iconografias – presente nos livros didáticos - como objeto de estudo em sala de aula, tendo em vista contribuir para o desenvolvimento de competências e habilidades de interpretação e leitura de imagens, possibilitando assim uma discussão crítica do uso deste tipo de fonte visual em sala de aula. De acordo com Renilson Rosa Ribeiro,

Para além do jogo do certo ou errado em relação aos conteúdos e métodos presentes nos livros didáticos, como se fosse possível produzir um texto ideal ou perfeito que representasse a verdadeira história, temos de investir no processo de dessacralização da sua interpretação e uso dentro uma determinada tradição escolar (inventada). (RIBEIRO, 2018, p. 107).

Nesse sentido, pretende-se estabelecer um vínculo entre o ensino da História de Mato Grosso, dos períodos colonial e imperial, com as telas analisadas, a fim de promover uma problematização do uso da iconografia na Educação Básica. Para fazer tal proposição, segundo Adriana Cristina Godoy,

[...] o professor precisa ter bem claro o período a ser tratado, conhecendo-o e instigando os alunos a participar. No entanto, o caráter histórico da atividade não pode ser esquecido, atentando-se para a observação da imagem e acrescentando o embasamento teórico necessário e estimulando a pesquisa, para que o resultado não seja apenas um conjunto de meras opiniões a respeito do que está sendo visto. (GODOY, 2009, p. 7-8).

Intenciona-se ainda, conforme já destacado, conciliar o ensino de História e o ensino de História da Arte, por meio da utilização de imagens, contribuindo para que os alunos possam desenvolver a capacidade de interpretar e de contextualizar representações imagéticas, tomando por referência as iconografias presentes no livro didático de Elizabeth Madureira Siqueira.

2.1. Panorama dos livros didáticos de história regional de Mato Grosso

Como demonstramos no capítulo 1, o processo de construção da identidade mato-grossense tem como marco fundador a criação do IHGMT, nos idos de 1919, ano do bicentenário de Cuiabá, momento em que diversos intelectuais ligados à elite local tiveram por preocupação prioritária a sistematização de uma memória social e identitária mato-grossense.

Entre o final do século XIX e o início do XX, diversos intelectuais mato-grossenses tentaram enfatizar a capacidade civilizacional do estado demonstrando suas potencialidades econômicas e capacidade de maior integração nos contextos nacional e internacional. Esse discurso tinha o objetivo de desconstruir a narrativa recorrente produzida por viajantes, cientistas e cronistas estrangeiros e até mesmo de governantes brasileiros que haviam elaborado uma imagem declaradamente negativa a respeito da população e o território de Mato Grosso.

Entre esses intelectuais destacou-se a figura de Estevão de Mendonça, um dos primeiros a assumir a tarefa de demonstrar uma imagem positiva do estado, o que pode ser verificado através da leitura do livro didático por ele elaborado, o *Quadro Chorographic de Matto-Grosso*, publicado em 1906. Esse trabalho pioneiro em muito contribuiu para a história da educação neste estado, indo de encontro aos interesses das elites político-econômicas mato-grossense daquele período histórico.

A concepção desta obra se deu com a proposta inicial de que *Quadro Chorographic de Matto-Grosso* fosse utilizado exclusivamente no Liceu Cuiabano, instituição educacional onde Estevão de Mendonça lecionava as disciplinas de Geografia e História. Não obstante, o livro superou as expectativas do autor, visto que acabou sendo aprovado pelo Conselho Superior da Instrução Pública, que apresentou a sugestão de que este material didático fosse também adotado nas escolas públicas de todo Estado e ainda em instituições particulares de ensino, tais como o Liceu Salesiano de Artes e Ofícios de Cuiabá, que o incluíram na lista de livros utilizados em sala de aula.

Percebe-se, dessa forma, que o grande objetivo perseguido por Estevão de Mendonça foi o de promover, por meio do livro *Quadro Chorographic de Matto-Grosso*, uma exaltação dos aspectos relativos à História e Geografia de Mato Grosso, que pudessem

ser divulgados para a juventude local através das escolas públicas, contribuindo para a formação de identidade regional.

O momento histórico da Primeira República (1889-1930) em Mato Grosso foi marcado por grandes rivalidades políticas entre os grupos dominantes locais, que reiteradas vezes promoviam disputas violentas pelo poder, entretanto, relatar fidedignamente as refregas políticas regionais poderia contribuir para consolidar as representações negativas presentes nas narrativas produzidas no litoral do país que retratavam o estado como um ambiente atrasado e incivilizado. Por essa razão, muitas vezes essas contendas políticas são retratadas como “revoluções”, dando um aspecto eufemístico às violentas refregas políticas que caracterizaram o período.

Este tipo de “manual didático”, portanto, assumia um caráter propagandístico, dando ênfase maior para os aspectos considerados positivos, o que por sua vez atendia diretamente às necessidades dos governos locais que demandavam por mais investimentos e visavam a atração de contingentes populacionais que pudessem garantir o desenvolvimento econômico do estado.

Durante a Primeira República as elites dirigentes não conseguiram manter a ordem política local de acordo com os preceitos liberais e democráticos, visto que eclodiram diversos movimentos sociais e disputas pelo controle das estruturas de poder político no estado. Nesse sentido, relatar os variados confrontos políticos do período contribuiriam para reforçar representações negativas sobre o estado que circulavam no litoral brasileiro de que Mato Grosso se constituiria numa terra sem lei e de gente incivilizada e extremamente violenta, lugar onde vigorava o artigo 44, numa clara referência de que as contendas eram resolvidas à bala, ou seja, no calibre 44.

Com a incumbência de promover um combate ideológico aos confrontos armados promovidos pelos potentados locais, os coronéis que se mobilizavam em diversas oligarquias, houve uma preocupação por parte da elite intelectual do estado em se construir uma identidade regional mato-grossense, especialmente ao longo do governo do bispo e presidente de Mato Grosso Francisco de Aquino Correa (1919-1922), um dos grandes entusiastas pela fundação do IHGMT.

É justamente esta referida instituição que teve a tarefa de combate a imagem pejorativa do estado, tido como lugar bárbaro, violento e incivilizado, que as elites regionais

promoveram a construção da identidade mato-grossense, tendo como mito fundador o bandeirante, intrépido expedicionário que enfrentara diversos perigos para consolidar a conquista e colonização deste território numa verdadeira epopeia, quase um relato digno de Homero ou de Virgílio.

Analizando por este prisma, o mato-grossense seria herdeiro direto de uma raça de gigantes como afirmou Auguste de Saint-Hilaire, ao se referir aos bandeirantes. Segundo esse raciocínio, o mato-grossense seria um natural herdeiro do bandeirante, teria em suas células o dna do expedicionário paulista, conquistador do sertão, por isso sua incumbência passava a ser a defesa da nação brasileira e da civilização diante de um contexto de barbárie e nações inimigas (cf. ABUD, 1985; PACHECO, 2008).

Evidentemente que por essa interpretação da identidade mato-grossense, todo o protagonismo histórico recaía sobre os ombros das camadas dominantes, enquanto que as camadas populares eram relegadas à um segundo plano, silenciadas neste processo, nem mesmo os aspectos relativos à cultura popular foram devidamente valorizados em tais publicações.

Portanto, os matérias historiográficos produzidos pelo IHGMT primavam por uma narrativa cronológica linear, factual, positivista, enfatizando aspectos relativos à História política, os grandes acontecimentos históricos e os feitos de governantes que tiveram atuações mais destacadas. Visava destacar também, a atuação dos denominado “vultos célebres”, um sobrevoo pela História, uma História vista de cima, com a elite a liderar todas as ações humanas nesta região e as massas populares acompanhando como meras coadjuvantes ou massa de manobra e sem protagonismo algum.

Para atender aos interesses da elite cuiabana, o modelo idealizado de mato-grossense passou a ser o homem branco, culto, descendente dos bandeirantes e habitante de Cuiabá.

Durante a segunda metade do século XX, ainda sob os auspícios do IHGMT, a produção historiográfica passa a destacar o papel civilizatório do mato-grossense aliado a um processo modernizador que continuava a deixar de fora a maior parte das populações tradicionais, ou seja, persistia o silenciamento de indígenas, negros e pobres.

O papel hegemônico do IHGMT na produção e divulgação de materiais de História regional perdurou até o surgimento das universidades no estado de Mato Grosso. A

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), criada no ano de 1970, logo tornou-se a principal instituição responsável por pesquisas historiográficas em âmbito estadual.

Enquanto a produção historiográfica do IHGMT primou por uma abordagem mais legitimadora do passado, utilizando-se de um viés mais positivista, as publicações surgidas no âmbito da UFMT por sua vez, priorizavam um caráter mais científico e acadêmico.

Entretanto, cabe ressaltar que o processo de consolidação da hegemonia da UFMT na produção e divulgação da História de Mato Grosso ocorreu de forma lenta e gradual, visto que em 1976 a implantação do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), que tornou-se relevante instituição na coordenação de investigações historiográficas no estado ocorreu em 1976, pouco depois, em 1979, foi estabelecido o curso de graduação em História. Vinte anos mais tarde surgia o primeiro programa de pós-graduação *stricto sensu*, inicialmente oferecendo apenas o mestrado, e a partir de 2011 ofertando também o doutorado em História (cf. CANAVARROS, BORGES, PERARO, JOANONI NETO, 2012). De acordo com Ely Bergo de Carvalho,

O lugar social que tem a hegemonia da enunciação da História de Mato Grosso foi deslocado do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso – IHGMT- para as universidades, mais especificamente para a Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. Criada por decreto em 1970, tornou-se a principal instituição de pesquisa em História da região. Hoje há apenas três cursos presenciais de graduação em História em Mato Grosso: dois na UFMT (Campus de Cuiabá e Campus de Rondonópolis) e um na Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT (Campus de Cáceres). (CARVALHO, 2014, p. 23)

A partir da década de 1990, assistimos a uma presença consistente da UFMT na produção historiográfica no estado de Mato Grosso, tanto no que se refere aos livros didáticos, visto que uma de suas destacadas professoras, Elizabeth Madureira Siqueira, produziu três livros didáticos de História regional no intervalo de 12 anos, além de outros volumes também versando sobre a historiografia mato-grossense. Sobre a referida historiadora e sua produção falaremos a diante.

De acordo com o historiador Ely Bergo de Carvalho, houve uma popularização do consumo de livros de História de Mato Grosso no período entre 1990 e 2012, na medida em que o mercado editorial contemplou a publicação de paradidáticos promovendo uma

espécie de socialização do saber produzido no meio acadêmico (CARVALHO, 2014, p. 24).

Em decorrência do vestibular e demais concursos públicos, cujos editais contemplavam conteúdos programáticos de História e Geografia regional, surgiu a demanda de produção de materiais didáticos destinados aos estudantes de cursos preparatórios. Aproveitando-se dessa tendência de mercado, diversos professores egressos da UFMT se debruçaram sobre o material existente com a finalidade de produzir materiais voltados para este público.

No ano de 1999, a historiadora Else Cavalcante publica em parceria com o também pesquisador, o professor Maurim Rodrigues, o livro *Mato Grosso e sua História*. Ambos mestres em História pela UFMT e professores de cursinhos preparatórios e vestibulares, os autores salientam no prefácio da obra que não tinham o objetivo de produzir algo inovador, mas sim de sistematizar a produção historiográfica já existente e adaptá-la, tornando-a mais acessível ao público leitor. Com a reprodução de diversos trechos das obras consultadas, os autores oferecem um panorama da história do estado, facilitando assim tanto o trabalho de outros professores em sala de aula como a compressão mais significativa e satisfatória da parte do aluno. Cumpre o papel de promover a compreensão da história regional.

O livro é divido em três partes: colônia, império e república, apresentando ao final de cada unidade exercícios de fixação do conteúdo com questões inéditas e de vestibulares anteriores, cujo gabarito propositadamente os autores não disponibilizam. A ampliação do conteúdo se dá por meio de fotos, mapas históricos e citação direta de rica fonte bibliográfica, como teses, dissertações, revistas especializadas e documentos coletados no arquivo público do estado de Mato Grosso.

Em 2006, Else Cavalcante publica *História de Mato Grosso: para concursos e exames vestibulares*, pela Editora Carlini e Caniato, voltada para o Ensino Médio e alunos em preparação para concursos, dada a cobrança do conteúdo de história regional em determinados concursos estaduais e alguns vestibulares, a exemplo da prova realizada pela Unemat que contempla questões sobre a temática no exame.

Desta vez, trata-se de uma obra individual, em que a historiadora amplia e atualiza o trabalho anterior. A obra é estruturada em três partes (colônia, império e república) e possui a totalidade de vinte capítulos. Ao final de cada unidade temática, há a presença de

atividades, com questões comentadas, numa didática mais acessível que facilita e propicia o conhecimento acerca do passado histórico mato-grossense. Apesar da diminuição da exigência deste conteúdo específico em virtude da supressão do vestibular na UFMT, que desde 2009 adotou integralmente a nota do ENEM como forma de ingresso na instituição, o interesse pelo estudo da História de Mato Grosso não arrefeceu em decorrência de certo nicho de mercado ainda existente, ainda que reduzido.

No ano de 2008, Pedro Carlos Nogueira Félix publicou o livro *História de Mato Grosso: dos primeiros tempos à atualidade*, pela Editora Defanti. Na referida obra, o autor analisa a história de Mato Grosso de maneira integrada com a história do Brasil. Ao final de cada uma das três unidades existem exercícios de fixação do conteúdo apresentando gabarito comentado. Uma nova edição foi lançada em 2009, desta feita pela KCM Editora. Trata-se de uma versão revisada e atualizada da obra, escrita em parceria com a professora Giseli Dalla Nora Félix, contemplando temas referentes a Geografia de Mato Grosso.

Voltada para alunos do 4º ano do Ensino Fundamental – no Programa aNacionaL do Livro Didático (PNLD) – obra regional, o livro didático *O Mato Grosso e sua história*, de autoria da historiadora Laura Antunes Maciel, graduada pela UFMT e pós-graduada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, docente da Universidade Federal Fluminense (UFF). Lançado em 2001 pela Editora Braga, esta obra objetiva fazer uma introdução do conhecimento do passado mato-grossense, destinado as séries iniciais, ao abordar aspectos políticos, econômicos e culturais do estado.

Marcos Amaral Mendes, professor pesquisador com mestrado e doutorado em História pela UFMT, publicou em 2006 o livro didático *História e Geografia de Mato Grosso: para concursos e vestibulares*, pela Editora Cafarnaum. A obra é resultado do peso do mercado editorial e do circuito de produção do citado material. Como professor de cursos preparatórios de concursos no estado e por ter escrito apostilas e materiais semelhantes para os mesmo fim, foi procurado por editores que solicitaram a elaboração de um livro visando atender este público. O livro encontra-se na quarta edição. A estruturação dos capítulos está em conformidade com os editais de concursos públicos, apresentando uma série de questões comentadas ao final das unidades temáticas. Cumpre a finalidade de auxiliar o leitor na realização dos exames de concursos.

2.2. A historiadora Elizabeth Madureira Siqueira

Nascida em Franca, cidade do interior paulista, em 16 de agosto de 1947, realizou seus estudos em escolas públicas de sua terra natal, graduando-se em História pela Unesp, em 1969. Em seguida, cursou o mestrado junto à Universidade de São Paulo (USP), na área de História Social, defendendo a dissertação cujo título foi “A Rusga em Mato Grosso: edição crítica de documentos históricos”. Posteriormente doutorou-se em História da Educação, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), onde realizou um aprofundado estudo sobre acerca das origens da escola pública neste estado, trabalho este intitulado “Luzes e Sombras: modernidade e educação pública em Mato Grosso (1870-1889), tese esta que teve sua publicação pela EdUFMT.

Entre suas principais atividades profissionais, podemos elencar que a referida professora começou sua prática docente no magistério ainda na década de 1960, em Franca, local em que lecionou disciplinas de música no Conservatório Musical Jesus Maria José, instituição em que se graduou em música e piano.

Alguns anos mais tarde, no início dos anos 1970, migrou para a capital do estado de São Paulo, época em que se casou. Devidamente instalada na pauliceia desvairada, deu prosseguimento aos ofícios didáticos, lecionando História e Música nas redes pública e privada de São Paulo.

Deixou o estado de São Paulo, nos idos de 1976, dirigindo-se para Mato Grosso, dedicando-se a partir de então aos trabalhos junto à Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), atuando no Departamento de História da instituição, além de desempenhar importantes funções de pesquisa no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR, instituição que dirigiu mais tarde, por quatro anos.

Durante seu período de estada em Mato Grosso, especializou-se na área de Informação e Documentação Histórica e também em Preservação e Divulgação do Patrimônio Documental.

Esteve à frente da Editora Universitária – EdUFMT, exercendo com eficiência sua coordenação entre os anos de 2005 e 2010.

Apesar de aposentada pela UFMT, ainda assim continuou colaborando intensamente com a instituição, onde desenvolveu uma série de pesquisas historiográficas ou

contribuindo junto à determinados programas de pós-graduação, onde atuou como professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPEG e ainda integra o Grupo de Pesquisa Educação e Memória, assim como o Projeto Centro Memória Viva. Neste programa de pós-graduação co-orienta e integra diversas bancas de qualificação e defesa, tanto de mestrado quanto de doutorado.

No que concerne ao trabalho de preservação da memória histórica de Mato Grosso, desenvolve atividades como Curadora da Casa Barão de Melgaço, atuando nos processos de arranjo, catalogação e divulgação de documentos que integram acervos Institucionais e privados (de ex-sócios da AML e do IHGMT), além dessas atividades, ainda é responsável por zelar e atualizar o acervo da Biblioteca e Hemeroteca institucional.

A professora Elizabeth Madureira Siqueira é membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT) e da Academia Mato-Grossense de Letras (AML). Desde 2006 integra, como titular e hoje suplente, o Conselho Diretor da UFMT, sócia efetiva da Sociedade Amigos de Rondon e membro da Sociedade Brasileira de História da Educação.

Dentre suas principais publicações destacam-se os livros didáticos que se destinam a divulgar a História de Mato Grosso, sendo de grande valia para estudantes e professores. Entre eles estão as seguinte obras, *O Processo Histórico de Mato Grosso* (1989), em coautoria com Lourença Alves da Costa e Kátia M. C. Carvalho, *Revivendo Mato Grosso* (1997), e *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais* (2002), este último que se constitui em nosso objeto de pesquisa.

2.3. Livros didáticos produzidos por Elizabeth Madureira

Até a presente data, a historiadora Elizabeth Madureira Siqueira tem, dentre outras obras, três livros didáticos publicados cujo assunto é voltado especificamente para o ensino de história regional: *O processo histórico de Mato Grosso*, *Revivendo Mato Grosso* e *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*.

Ao longo da década de 1980, o Departamento de História da UFMT ofertava entre suas linhas de pesquisa a elaboração de material didático instrucional de História de Mato Grosso destinado ao ensino de 2º grau, correspondente ao Ensino Médio atualmente.

Seguindo esta perspectiva, Elizabeth Madureira Siqueira se incumbiu da tarefa de redigir um compêndio a ser utilizado na Educação Básica do estado versando sobre o tema. A primeira versão deste material deu origem a uma publicação apostilada produzida no ano de 1989. Foi firmado a seguir um acordo de cooperação técnica entre a UFMT e a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC-MT) e, mediante a colaboração das professoras Lourença Alves da Costa e Cathia Maria Coelho Carvalho, pertencentes aos quadros da citada secretaria, publicou-se em 1990, pela Editora Guaicurus, o livro *O processo histórico de Mato Grosso*. Este fato significou um grande avanço para a historiografia regional, na medida em que representou uma aproximação mais consistente entre o saber acadêmico e o saber escolar, para além das cercas da universidade.

Logo nas primeiras páginas da referida obra, as autoras deixam claro que elaboraram este livro para estudantes e professores de História e o dedicaram ao povo mato-grossense, por nascimento ou opção, que aqui viveu e vive construindo, com seu cotidiano, a história deste estado. (SIQUEIRA et al. 1990, p. 4). O livro apresenta uma abordagem marxista e dialoga com a linha historiográfica de Caio Prado Júnior, apesar disso, verifica-se ainda que em larga medida também é influenciado pelas publicações de escritores ligados ao IHGMT, que desde o início do século XX, representavam a interpretação hegemônica sobre o tema.

Nota-se que as autoras evitaram adotar uma narrativa cronológica linear dos fatos históricos, preferindo recorrer à organização dos capítulos em unidades temáticas. De certo modo é possível inferir que a não-linearidade da obra talvez tenha causado algum desconforto tanto nos professores quanto nos alunos, uma vez que os livros didáticos geralmente são organizados seguindo a apresentação diacrônica dos acontecimentos.

A publicação tem como principal característica o fato de estabelecer um diálogo entre a produção acadêmica da UFMT e os materiais produzidos pelo IHGMT. Vale destacar, ainda, que a obra durante muitos anos figurou como bibliografia básica para a preparação para concursos e vestibulares no estado de Mato Grosso.

Antes de Elizabeth Madureira, entretanto, haviam se dedicado ao assunto outros importantes historiadores como Lenine Póvoas, Rubens de Mendonça e Virgílio Correa Filho, todos com livros publicados voltados para o ensino de história regional. Contudo, a pesquisadora traz como diferencial o fato de “dar voz” aos indivíduos marginalizados,

sobretudo, na unidade dedicada aos “movimentos sociais”, ao passo que as demais obras que a antecederam limitam-se a legitimar o processo de conquista e as ações dos governantes, reduzindo índios, quilombolas e demais indivíduos pertencentes às camadas populares ao papel de meros coadjuvantes na história e no passado glorioso do estado.

O segundo livro didático publicado por Elizabeth Madureira Siqueira, desta vez elaborado enquanto trabalho individual, foi *Revivendo Mato Grosso*, no ano de 1997, fazendo parte da política educacional do período 1995-1998, correspondente ao primeiro mandato do governador Dante Martins de Oliveira. A publicação foi concebida como material pedagógico voltado especificamente à Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Metodologicamente, a obra encontra-se dividida em três unidades: momento colonial, momento imperial e momento republicano, etapas que encadeiam o entendimento global do processo histórico mato-grossense, servindo de fio-condutor para o conhecimento do passado e a compreensão do presente, enquanto propósito pedagógico.

À respeito do caráter didático da obra, ressaltamos a linearidade na apresentação dos fatos, a escolha deliberada por uma linguagem mais acessível, a presença de inúmeras ilustrações, em sua grande maioria pertencentes ao acervo de Moacyr Freitas, como a que serviu para o desenvolvimento e a elaboração da capa.

Após a leitura do livro, fica a impressão de que uma das principais preocupações da autora era com a valorização da diversidade socioeconômica e cultural do estado, bem como mais uma vez dar voz ao indivíduos marginalizados da história, ofertando a esta parcela da população uma merecida relevância histórica, o que pode estar relacionado principalmente ao público ao qual inicialmente a obra era destinada: alunos da EJA, nos níveis Fundamental e Médio, em defasagem de série ou idade, a maioria oriundos das camadas populares.

Chama atenção o fato de ao final de cada unidade da obra a autora ter recorrido ao uso de exercícios para a fixação do conteúdo estudado. São atividades de fácil compreensão e resolução como palavras cruzadas, caça-palavras e preenchimento de lacunas. Segundo Ely Bergo de Carvalho,

A autora Elizabeth Madureira Siqueira percorreu Mato Grosso em cursos de formação patrocinados pela Secretaria de Estado de Educação, na formação de professores, para utilizar o seu material. O livro é apresentado quase como uma História “vista de baixo”, apesar de o conteúdo estar mais próximo do material didático canônico de História do que de um material

escrito em uma perspectiva militante da “História vista de baixo”. (CARVALHO, 2014, p. 28).

Publicado pela Editora Entrelinhas no ano de 2002, *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais* pode ser considerado um livro didático mais abrangente do ponto de vista teórico-metodológico, uma vez que baseou-se em uma vasta bibliografia, na qual constam as mais recentes dissertações e teses produzidas pelos programas de pós-graduação da UFMT até então. A obra resulta dos mais de vinte anos de pesquisas documentais e bibliográficas da autora, no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso e no NDIHR, no qual atuou.

O projeto editorial dá indícios de uma grande preocupação em oferecer ao leitor uma publicação semelhante aos materiais didáticos produzidos pelas principais editoras nacionais, o que pode ser verificado na diagramação do livro, nas cores das páginas, no fato de ser ricamente ilustrado, na presença de boxes informativos, quadros explicativos e variada iconografia, como desenhos, pinturas, fotos e mapas. Além disso, apresenta mais de vinte ilustrações devidamente creditadas de Moacyr Freitas, todas acompanhadas de um texto informativo de autoria de Paulo Pitaluga.

O livro é dividido em cinco unidades temáticas: ancestralidade, colônia, império, república e temas contemporâneos. A unidade número um busca demonstrar os vestígios milenares da ocupação humana no território que deu origem a Mato Grosso. Objetiva valorizar a riqueza artístico-cultural e estética das pinturas rupestres e artefatos primitivos e rudimentares encontrados nos sítios arqueológicos mato-grossenses, que integram o patrimônio cultural do estado.

A segunda unidade aborda o início da ocupação e conquista do território inicialmente pelos espanhóis e, em seguida, pelos portugueses, além do processo de colonização e consolidação do domínio colonial. Na terceira unidade, discute-se os reflexos da independência brasileira em Mato Grosso, bem como as disputas políticas entre as elites. Mostra a importância da navegação fluvial como fator de ligação de Cuiabá com o Rio de Janeiro, o cotidiano mato-grossense no contexto da Guerra do Paraguai. Destaca ainda o olhar etnocêntrico de viajantes, cientistas e cronistas europeus que por aqui passaram, a exemplo de Langsdorff, Hercule Florence, Barolomé Bossi e Ferreira Moutinho. A quarta unidade investe nos aspectos mais relevantes do período republicano, enfatizando aspectos políticos

como o coronelismo, a política contemporânea, a divisão do estado e ações governamentais mais recentes. Na última unidade, discute-se temas contemporâneos relativos aos processos de colonização recente, questão energética, meios de transporte e o cenário cultural atual.

A obra teve uma segunda edição em 2016, na qual já não contava com as ilustrações de Moacyr Freitas, por questões relacionadas aos direitos autorais.

Elizabeth Madureira Siqueira continua sendo muito citada como fonte em materiais voltados para preparação para concursos e vestibulares na UNEMAT.



Figura 7: Elizabeth Madureira Siqueira e o livro didático História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais

2.4. O imaginário sobre a colonização de Mato Grosso

De acordo com Jörn Rüsen, o livro de história ideal, ou seja, didaticamente correto, deve se constituir num instrumento que tem a função de potencializar as competências da percepção, interpretação e orientação históricas.

O livro de história é o guia mais importante da aula de história. Por esse motivo, deve se partir da pergunta do que se pretende conseguir através da aula de história. Nesse sentido, é impossível uma análise do livro didático sem alguns critérios normativos da aprendizagem da aprendizagem de história (...) A consciência histórica é ao mesmo tempo o campo de ação e o objetivo da aprendizagem histórica. Pode-se descrever suas operações mentais mais importantes e, também, pode-se levar em consideração suas funções na vida prática antes de todas as divergências políticas que se

podem argumentar sobre o alcance e a direção de sua realização. Nesse sentido, também se pode discorrer com argumentos válidos e um amplo consenso sobre o que deveriam saber os alunos para considerar que foi alcançada uma aprendizagem histórica satisfatória. (RÜSEN, 2011, p. 112).

Partindo-se dos pressupostos defendidos pelo filósofo alemão Jörn Rüsen acerca do livro didático ideal, analisaremos alguns temas trabalhados no livro didático *História de Mato Grosso: da ancestralidade ao dias atuais*, tendo por base as telas de Moacyr Freitas presentes na referida publicação.

Um dos principais temas estudados pela disciplina de História de Mato Grosso diz respeito ao processo de conquista territorial empreendido por exploradores, notadamente pelos bandeirantes paulistas que devassaram o interior do território da América portuguesa em busca de variadas formas de enriquecimento, à exemplo da escravização dos povos nativos, mediante o ataque às missões jesuítica, fato que resultou em profunda redução das populações nativas. Verifica-se que a historiografia tradicional construiu uma imagem romântica dos bandeirantes, tratados com grandes construtores das fronteiras brasileiras, legitimando assim o violento processo de conquista e suprimindo as nefastas consequências destas incursões pelo interior do território.¹

Vejamos a seguir algumas imagens constantes do livro didático de Elizabeth Madureira Siqueira que ilustram esse capítulo da História [colonial] mato-grossense.

¹ Segundo Renilson Rosa Ribeiro, a partir da análise dos escritos de Varnhagen e do IHGB: “Em relação aos estudos e às representações produzidas de Mato Grosso pelos letrados do IHGB, as páginas da sua Revista e outros escritos oferecem alguns temas recorrentes: 1) ocupação e colonização; 2) populações indígenas; 3) navegações fluviais e fronteiras.” (RIBEIRO, 2013, p. 177).



Figura 8. Fundação de Puerto de los Reyes, em 1543. Moacyr Freitas (2000). Acervo da Fundação Cultural de Mato Grosso.

Paulo Pitaluga da Costa e Silva assim relatou esse acontecimento histórico,

Com o desaparecimento de Juan de Ayolas, assassinado pelos Paiaguás no Pantanal, então chamado de Xaraíes, Domingo Martinez de Irala assumiu a administração colonial espanhola no rio da Prata. A 30 de setembro de 1542, Irala saiu de Assunção comandando uma expedição, embarcada em bergatins, subindo o rio Paraguai, adentrando o Chaco. Procurava uma rota segura para as riquezas andinass, através dos Xaraíes.

A 6 de janeiro de 1543, fundo Porto de los Reyes, às margens do rio Paraguai, na confluência de um braço que ligava esse rio à Lagoa Gaiba. Puerto de los Reyes, sem dúvida alguma foi o primeiro aglomerado europeu em terras mato-grossenses, em virtude de os espanhóis não encontrarem riquezas por toda a região do Xaraiés simplesmente foi abandonada. Por ignorarem o ouro do Coxipó e as minas do Mato Grosso, descoberto somente 2 séculos depois pelos bandeirantes paulistas, os espanhóis deram ensejo para que Mato Grosso, posteriormente, se tornasse definitivamente português. (SILVA, 2000, p. 12).

Nesta parte do citado livro didático a autora trabalha com o tema relativo às disputas territoriais entre os ibéricos nas terras americanas. Ressalta que os espanhóis chegaram primeiro, em razão dos acordos previamente assinados, à exemplo do Tratado de Tordesilhas que dava direito de exploração destas terras aos espanhóis, que entretanto não chegaram a povoar esta região. Pitaluga por sua vez, enfatiza o processo de avanço e conquista pelo interior inóspito do território e até mesmo o caráter cruzadístico da missão

dos exploradores espanhóis, fato que é facilmente perceptível ao se analisar a elevação de uma grandiosa cruz pelos castelhanos, simbolizando a legitimação daquelas terras para a cristandade e para a coroa espanhola. Também é bastante nítido o espanto dos três indígenas que aparecem no canto inferior da tela, observando surpresos a chegada inusitada do homem branco que assinalou a conquista espanhola sobre a região.

Mais adiante o capítulo trata do processo de conquista e povoamento branco do território que deu origem à Mato Grosso, efetuado pelos bandeirantes que chegaram à estas terras com o objetivo de aprisionar povos indígenas para transformá-los em cativos e utilizá-los em suas lavouras no planalto vicentino. É relatada a passagem de vários grupos de bandeirantes por este território ainda no final século XVII, fato que acabou por contribuir na fundação do arraial de São Gonçalo junto às margens do rio Cuiabá.

Esse fato histórico é relato por Paulo Pitaluga da seguinte forma,

Entre 1673 e 1682, os bandeirantes paulistas Manuel de Campos Bicudo e Bartolomeu Bueno da Silva subiram o rio Cuiabá até a sua confluência com o Coxipó-Mirim, onde acamparam, denominando o local de São Gonçalo. No final de 1717, seguindo o mesmo caminho de seu pai, Antônio Pires de Campos chegou no mesmo local, rebatizando-o de São Gonçalo Velho. Nessa região onde hoje vivem os ribeirinhos e ceramistas, encontraram uma aldeia de índios Bororo. Muitos foram aprisionados em combate e levados para São Paulo como escravos. (SILVA, 2000, p. 18).

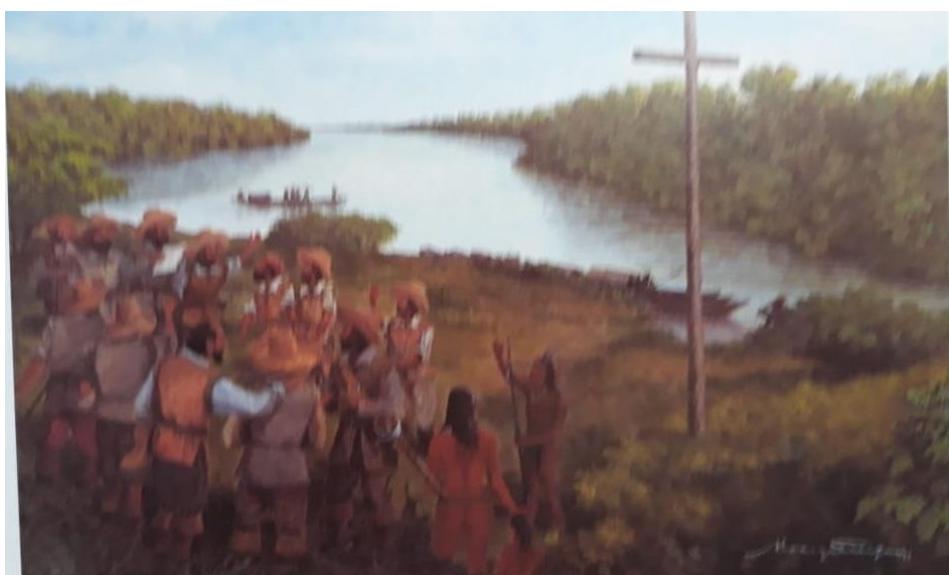


Figura 9: São Gonçalo Velho. Moacyr Freitas (2000). Acervo da Fundação Cultural de Mato Grosso.

Pelo relato de Paulo Pitaluga, o relato entre os bandeirantes e as populações nativas não foi muito amistoso, visto que os paulistas se dirigiam para estas paragens em busca de cativos para trabalharem em suas lavouras. Certamente que ocorreram violentos embates entre os dois grupos rivais, entretanto Freitas preferiu assinalar a fundação do arraial de São Gonçalo de uma outra maneira, na tela aparecem os bandeirantes trajados de acordo com a historiografia tradicional, ao fundo podemos ver uma canoa denotando que o caminho percorrido pelos bandeirantes até Cuiabá se valeu dos rios da região. Novamente os indígenas apresentam-se quase que resignados com o seu destino diante dos conquistadores, ou seja, sabedores da perda de seus territórios e de sua liberdade.

Em linhas gerais, a referida narrativa, consagra uma trama presente sobre a história do Brasil e de Mato Grosso desde o século XIX. Para Renilson Rosa Ribeiro, a partir da análise do livro *História geral do Brazil*, de Varnhagen:

Preocupado com a demarcação das fronteiras com as repúblicas vizinhas e com a necessidade de ocupar os chamados sertões – “espaços vazios” – do Império, percebemos na sua narrativa o interesse em produzir uma justificativa para o domínio e a conquista portuguesa (e depois brasileira) da região que corresponderia ao Mato Grosso. Essas regiões, ao longo tempo, no discurso dos colonizadores portugueses e depois incorporados no vocabulário dos viajantes e letrados do naípe de Varnhagen, eram revestidas de imagens negativas como espaços vastos, desconhecidos, longínquos e pouco habitados. (RIBEIRO, 2013, p. 177).

Aqui temos mais um exemplo de que o professor de História necessita agir com criticidade e questionar a fonte ao apresentar este tipo de documento na sala de aula. É fundamental debater a intencionalidade do autor ao retratar a cena desta forma, legitimando assim o processo de conquista e colonização deste território, ocultando mais uma vez o caráter violento do mesmo. Para Valesca Litz,

A relevância de se estudar história deve residir na repercussão dos acontecimentos na própria história, ou seja, quanto esses fatos modificaram as relações sociais posteriores ou contemporâneas a eles, sempre fazendo uma relação passado-presente.

Estudar o passado simplesmente pelo passado, não faz sentido. O aluno precisa despertar para sua capacidade crítica, para uma reflexão sobre as relações humanas e sobre a consequência de suas ações. Naturalmente, que cada época tem sua própria maneira de ver o mundo e que cada grupo social

tem seu próprio modo de interpretar a realidade. Estudar os acontecimentos do passado faz com que compreendamos que eles contribuíram de alguma forma para a construção, organização e funcionamento da sociedade. (LITZ, 2009, p. 42).

Outra passagem importante do processo de conquista e colonização das terras mato-grossenses ocorreu em 1719 quando a bandeira do sorocabano Pascoal Moreira Cabral chegou à estas terras com o objetivo de apresar indígenas, entrando em confronto com os coxiponés e sendo auxiliada pelos elementos da bandeira dos irmãos Antunes. Pouco depois, foram accidentalmente descobertas as primeiras jazidas auríferas cuiabanas junto às margens do Coxipó-Mirim. Visando tomar as primeiras minas para que se pudesse cobrar os impostos em nome da Coroa portuguesa e estabelecer a justiça naquela localidade, dessa maneira deu-se a fundação do Arraial da Forquilha invocando-se a proteção de Nossa Senhora de Penha de França.

Paulo Pitaluga assim se referiu no texto explicativo da tela de Moacyr Freitas que aborda este acontecimento,

O arraial da Forquilha localizava-se na confluência de dois cérregos, que, ao juntar-se, davam continuidade ao rio Coxipó. Daí a origem do nome. Supõe-se que o fundador do arraial tenha sido o bandeirante Antônio de Almeida Lara, que, em 1720, estava explorando o rio Coxipó. Forquilha teve vida efêmera. Manteve-se como principal arraial por apenas um ano e meio, até a descoberta das Lavras do Sutil, quando entrou em plena decadência. (SILVA, 2000, p. 20).



Figura 10: O Arraial da Forquilha. Moacyr Freitas (2000). Acervo da Fundação Cultural de Mato Grosso.

Um aspecto une os três quadros históricos demonstrados anteriormente e se refere ao caráter religioso da conquista, em todas estas telas temos a representação de uma cruz erigida nos locais de fundação dos respectivos núcleos de povoamento, simbolizando desta forma a legitimação do processo de expansão territorial. Nesse sentido, podemos inferir uma forte influência da pintura romântica de caráter nacionalista que predominou no Brasil durante a segunda metade do século XIX, momento de construção do sentimento de pertença e consolidação da nacionalidade brasileira. Podemos compará-la ao quadro “A primeira Missa no Brasil”, pintado por Victor Meirelles, que eternizou a visão do descobrimento como um momento solene, heróico e acima de tudo pacífico,, o mesmo se pode dizer sobre as últimas telas que guardadas as devidas proporções possuem objetivos semelhantes.

Para o historiador Jorge Coli, o quadro de Victor Meirelles dialoga com as questões históricas do século XIX presentes em obras e memórias da nação. A elaboração de uma imagem da pátria atravessava não apenas o IHGB, mas também a própria Academia Imperial de Belas Artes e, posteriormente, far-se-ia presente nas narrativas regionais verbais e imagéticas:

A descoberta do Brasil foi uma invenção do século XIX. Ela resultou das solicitações feitas pelo romantismo nascente e pelo projeto de construção

nacional que se combinavam então. Como ato fundador, instaurou uma continuidade necessária inscrita num vetor dos acontecimentos. Os responsáveis essenciais encontravam-se, de um lado, no trabalho dos historiadores, que fundamentavam cientificamente uma “verdade” desejada, e, de outro, na atividade dos artistas, criadora de crenças que se encarnavam num corpo de convicções coletivas. A ciência e a arte, dentro de um processo intrincado, fabricavam “realidades” mitológicas que tiveram, e ainda têm, vida prolongada e persistente. O quadro de Victor Meirelles, retratando a Primeira Missa no Brasil, tal como descrita na carta de Pero Vaz de Caminha, é um episódio muito expressivo dentro desses processos. (COLI, 1998, p. 107).

Para finalizar nossa análise acerca das telas de Moacyr Freitas, que tratam de maneira específica sobre a consolidação da posse portuguesa sobre territórios à oeste de Tordesilhas, em Mato Grosso, e que se fazem presentes na primeira edição do livro didático de Elizabeth Madureira Siqueira, destacamos o capítulo que aborda a chegada dos mineiradores ao Guaporé, contribuindo assim para o avanço da fronteira.

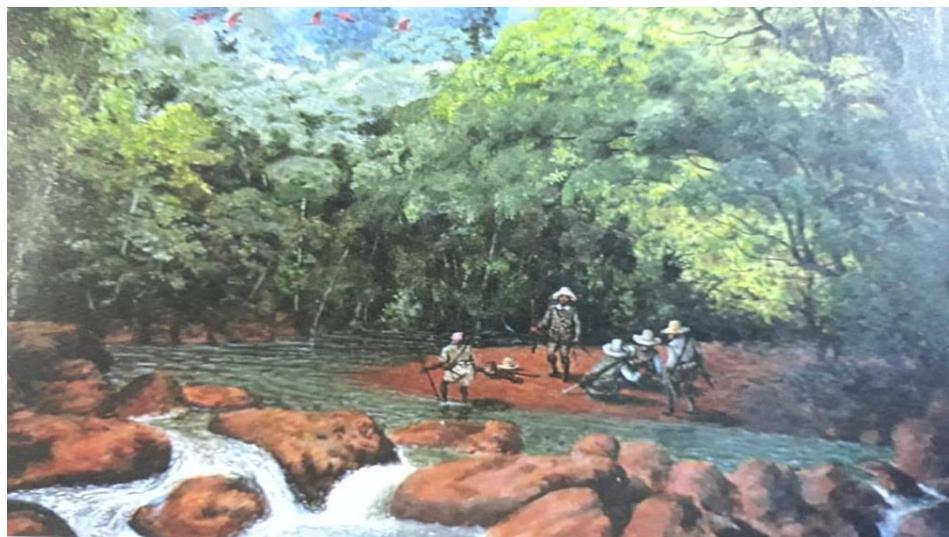


Figura 11. Descoberta das minas de Mato Grosso. Moacyr de Freitas (2000). Acervo da Fundação Cultural de Mato Grosso.

No *boxe* informativo que acompanha a iconografia acima, Paulo Pitaluga assim descreve a nova descoberta aurífera,

O rápido esgotamento do ouro de aluvião nos ribeirões do Coxipó e da Prainha, além da fiscalização abusiva e política tributária insuportável do Capitão-general Rodrigo César de Menezes, incentivou a busca de novos

veios auríferos.

Para chegar ao rio Galera, no Vale do Guaporé, onde encontraram novo veio aurífero, os mineiros se depararam com uma mata espessa, tomada de grossas e altas árvores. Impressionados com o porte das árvores, o emaranhado da vegetação que dificultava a penetração e a exuberância da floresta, denominaram a região de Mato Grosso. (SILVA, 2000, p. 34).

Ao observarmos a imagem podemos inferir que Moacyr Freitas procurou desenvolver a tela com base nos relatos dos intelectuais do IHGMT, que relataram as auspiciosas descobertas auríferas ocorridas em Mato Grosso durante o século XVIII. Nela visualizamos novamente a liderança bandeirante que de forma “intrépida” conquistaram os sertões do país, também está presente na tela um negro escravizado representando a mão de obra utilizada nos pesados trabalhos da mineração durante o período colonial.

De acordo com Janaina Amado,

[...] desde os primeiros anos da Colônia, acentuando-se com o passar do tempo, ‘litoral’ e ‘sertão’ representaram categorias ao mesmo tempo opostas e complementares. Opostas, porque uma expressava o reverso da outra: litoral (ou “costa”, palavra mais usada no século XVI) referia-se não somente à existência física da faixa de terra junto ao mar, mas também a um espaço conhecido, delimitado, colonizado ou em processo de colonização, habitado por outros povos (índios, negros), mas dominado pelos brancos, um espaço da cristandade, da cultura e da civilização [...] ‘Sertão’, já se viu, designava não apenas os espaços interiores da Colônia, mas também aqueles espaços desconhecidos, inacessíveis, isolados, perigosos, dominados pela natureza bruta, e habitados por bárbaros, hereges, infiéis, onde não haviam chegado as benesses da religião, da civilização e da cultura. Ambas foram categorias complementares porque, como um jogo de espelhos, uma foi sendo construída em função da outra, refletindo a outra de forma invertida, a tal ponto que, sem seu principal referente (litoral, costa), ‘sertão’ esvaziava-se de sentido, tornando-se ininteligível, e vice-versa [...]. (AMADO, 1995, p. 148-149).

A narrativa referendada pelos traços e cores de Moacyr Freitas fazia eco para a interpretação presente no IHGMT e IHGSP, ou seja, uma perspectiva paulista de compreensão do tempo da história do Brasil. Em um relato marcadamente pautado pela exaltação de São Paulo, dos conhecidos “destemidos paulistas”, Mato Grosso apareceu, de forma complementar, espaço de expansão e de delimitação das fronteiras do Império, cenário de lutas entre portugueses, espanhóis e indígenas (RIBEIRO, 2013, p. 178).

2.5. Questões de gênero e relações étnico-raciais nas telas de Moacyr Freitas

Um dos objetivos desta dissertação era procurar compreender as maneiras em que estas representações imagéticas sobre a História de Mato Grosso foram construídas, legitimadas e incorporadas ao discurso oficial, proporcionando assim a constituição da identidade social mato-grossense, além da preocupação de perceber de que forma os ditos “marginalizados” ou “excluídos” da História foram representados nas telas de Freitas, ou seja, a maneira pela qual os negros escravizados, indígenas, camadas populares e as mulheres foram evidenciadas nas referidas obras, se seus respectivos papéis sociais e históricos são demonstrados ou suprimidos nos traços do autor.

Por estes motivos precisamos analisar e questionar criteriosamente as fontes para que possamos compreender todo o processo de criação e produção das referidas telas e suas intencionalidades. As imagens, como um documento histórico,

[...] não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder. (...) O documento não é inócuo. É antes de mais nada o de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. (LE GOFF, 1993, p. 102-103).

Começaremos nossa análise pela tela a seguir que retrata os trabalhos cotidianos desenvolvido em um dos primeiros engenhos de açúcar instalados em Mato Grosso, o Buriti, de propriedade de Antônio de Almeida Lara, instalado na região de Santana da Chapada.

Observando atentamente a cena capturada pelos traços do autor vemos as árduas tarefas do corte da cana de açúcar, o funcionamento da moenda, enfim todas as exaustivas etapas para o fabrico do açúcar sendo executados pela mão de obra por excelência no período colonial, ou seja, pelos africanos escravizados, homens e mulheres que realizam variadas tarefas.

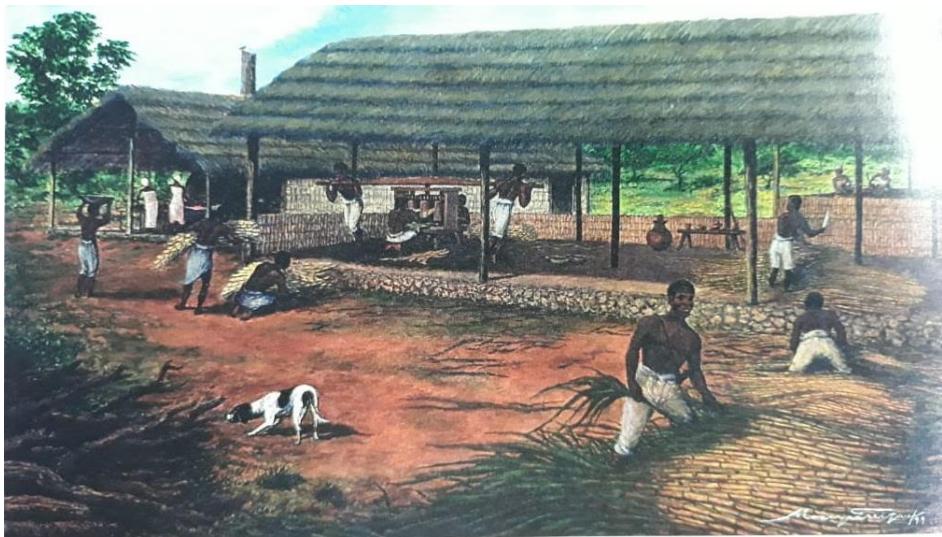


Figura 12: O Engenho do Buriti em Chapada dos Guimarães. Moacyr Freitas (2000). Acervo da Fundação Cultural de Mato Grosso.

No texto que acompanha a publicação da tela, Pitaluga assim se refere ao tema,

O primeiro engenho de cana de açúcar de Mato Grosso – localizado na Cahapada dos Guimarães -, conhecido Alambique do Brigadeiro, foi montado em 1729 por Antônio Lara. Supõe-se que a cana de açúcar dever ter chegado na região dos Guatô, rio Paraguai abaixo, pelas mãos dos jesuítas, quando fundaram a missão do Itatim, em princípio do século XVIII. (SILVA, 2000).

Mais adiante no excerto, Pitaluga afirma que este primeiro engenho tinha exclusividade na produção de cana de açúcar em terras mato-grossenses e que muitos de seus escravos, à época, furtavam mudas de suas canas e as vendiam em Cuiabá a duas e três oitavas de ouro cada e que por isso em poucos anos vários proprietários rurais possuíam seus canaviais. É interessante ressaltar que o furto das mudas atribuído aos escravos não é qualificado no texto como uma estratégia de resistência e protagonismos dos africanos enquanto sujeitos históricos, ou seja, nesse caso o furto se qualifica não como um crime mas como uma restituição pelos intensos trabalhos não remunerados.

Dom Antônio Rolim de Moura, o primeiro capitão-general e governador da Capitania de Mato Grosso, ao chegar a Cuiabá no ano 1750, trouxe consigo os primeiros padres jesuítas para estas terras, os padres Estêvão de Castro e de Agostinho Lourenço, sendo que o primeiro responsabilizou-se pela edificação da missão jesuítica em Santana da

Chapada, e o segundo, por sua vez, acompanhou Rolim de Moura à região do Guaporé, onde se instalou a primeira capital mato-grossense.

Observemos atentamente os detalhes da tela de Moacyr Freitas sobre a instalação da missão de Santana da Chapada. Ao visualizarmos este quadro vemos a presença do jesuítas, comandante da missão, ao centro da tela, portando um crucifixo em uma das mãos e conduzindo uma criança indígena a ser cristianizada, denotando a liderança do homem branco, católico, civilizado. Enquanto isso, compõem o quadro as personagens indígenas que aparecem no canto esquerdo inferior da telas e ao fundo, são homens e mulheres provenientes dos povos nativos da região que “aceitam” pacificamente a conversão e a tutela dos brancos, visto que eram gentios considerados mansos e propícios para a catequização por parte dos jesuítas.

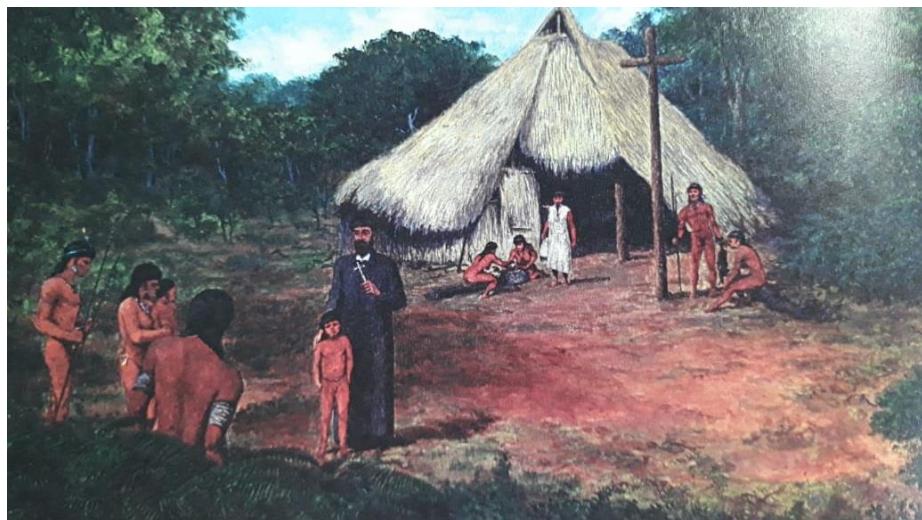


Figura 13: Missão Jesuítica de Santana de Chapada. Moacyr Freitas (2000). Acervo da Fundação Cultural de Mato Grosso.

Observemos o comentário de Paulo Pitaluga que segue esta imagem no livro didático de Elizabeth Madureira Siqueira,

Tendo conhecimento da existência de missões jesuíticas espanholas além do rio Guaporé, os portugueses trouxeram para a nova capitania de Mato Grosso os padres da Companhia de Jesus.

O lugar escolhido para o estabelecimento da missão indígena foi o alto da Serra de São Jerônimo, também conhecida como Serra da Canastra, atual Chapada dos Guimarães. A opção pela região serrana se devia, principalmente ao clima, que em muito se assemelhava ao europeu. A

missão ali erigida tomou o nome de Missão de Santana, em homenagem à avó de Jesus. Esse empreendimento foi responsável pela construção da igreja de Santana de Chapada, atual matriz do local. (SILVA, 2000).

No capítulo à respeito das formas de resistência indígena em Mato Grosso, Elizabeth Madureira Siqueira faz uma distinção entre o comportamento dos povos nativos da região em relação ao avanço do projeto colonizador português no territórios, sendo que alguns grupos indígenas eram considerados “mansos” e outros “selvagens”. Dentre os considerados “mansos” estavam os Bororo, e aqueles que empreenderam uma tenaz resistência, eram tratados como “bárbaros”, neste grupos incluem-se os Guaicuru, Paiaguá e Caiapó.



Figura 14: Combate de monção com os paiaguá. Moacyr Freitas (1992).

Neste desenho de Moacyr Freitas, observa-se o ataque de paiaguás sobre um comboio de canoas que faziam parte das chamadas monções. As monções eram expedições fluviais que partiam da vila de Araritaguaba, na Capitania de São Paulo e que se dirigiam para as minas de Cuiabá no intuito de abastecer estas regiões mineradoras com uma variada gama de mercadorias.

Durante todo o período colonial foi constante o ataque indígenas sobre as monções, fato que fez com que os sertanistas e monçoeiros, apoiados pelas autoridades metropolitanas, promovessem um violento processo de guerra aos povos indígenas refratários ao avanço da colonização e domínio colonial português sobre a região. Os Paiaguá

que ficaram conhecidos como exímios canoeiros e os Guaicuru que se notabilizaram por serem hábeis cavaleiros da região do Pantanal praticamente foram dizimados por intermédio da chamada “Guerra Justa”.

Ao se referir ao combate entre paiaguás e monçoeiros, Pitaluga argumenta,

Os Paiaguás eram índios canoeiros, valentes e aguerridos, que perambulavam pelos rios do pantanal. Historicamente sempre foram inimigos dos bandeiranets paulistas e aliados dos espanhóis. Nos diversos combates que tiveram com os brancos, em rios pantaneiros, e que a história pode registrar, nunca poupavam os inimigos e frequentemente não faziam prisioneiros. A simples menção do nome Paiaguás, causava temor entre os monçoeiros do século XVIII. (SILVA, 2000).

Nota-se no relato acima um acentuado etnocentrismo, tratando os Paiaguá como “bárbaros” e “selvagens” por empreenderem resistência e se recusarem a serem dominados ou exterminados.

De acordo com Maria Regina Celestino de Almeida, a sugestão de Varnhagen parece ter sido bem incorporada pela historiografia brasileira e regional, na qual os indígenas têm tido inexpressiva participação:

[...] aparecem, grosso modo, como atores coadjuvantes, agindo sempre em função dos interesses alheios. Aliás, não agiam, apenas reagiam a estímulos externos sempre colocados pelos europeus. Tem-se quase a impressão de que estavam no Brasil à disposição desses últimos, que se serviam deles à vontade, descartando-os quando não mais necessários: teriam sido úteis para determinadas atividades e inúteis para outras, aliados ou inimigos, bons ou maus, sempre de acordo com os interesses e objetivos dos colonizadores. (ALMEIDA, 2003, p. 27).

Nesse sentido, torna-se necessário ao se trabalhar este tema em sala de aula que o professor trate do assunto com a devida criticidade, relativizando os ataques indígenas sobre grupos de colonizadores, lembrando que estes atos violentos cometidos pelos povos nativos eram formas de resistência, de luta pela preservação de seu território, de seus costumes e de sua liberdade, bem como ressaltar que todo o processo de colonização foi bastante violento e profundamente prejudicial aos interesses das populações indígenas que estabeleceram tanto relações de conflito ou de complementaridade com os colonizadores.

A próxima tela de Moacyr Freitas aborda a fixação do Marco do Jauru,

monumentos piramidal que assinalava os limites entre as fronteiras coloniais espanhola e portuguesa na América do Sul.

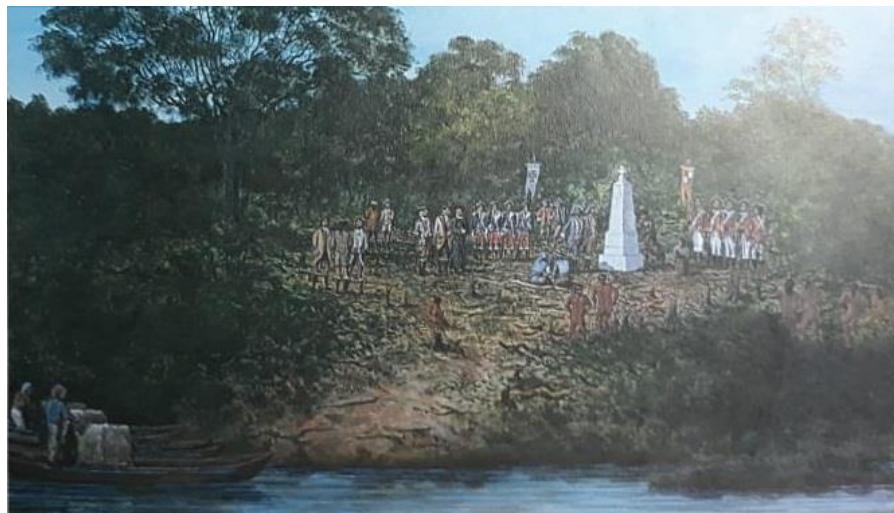


Figura 15: Fixação do Marco do Jauru. Moacyr Freitas (2000). Acervo da Fundação Cultural de Mato Grosso.

Paulo Pitaluga assim descreveu este cenário,

As comissões espanhola e portuguesa de demarcação da fronteira instalaram solenemente o Marco do Jauru em 18 de janeiro de 1754. Estava composta por oficiais de engenharia, astrônomos, cosmógrafos, médicos, religiosos e tropa armada. A piramide quadrangular de mármore branco, com inscrições em latim nos quatro lados, dividia as terras de domínio de portugueses e espanhóis, com a latitude e a longitude do local. Este pacto foi anulado 11 anos depois do Tratado assinado em Madri. Em 1761, foi assinado o Tratado de El Pardo. (SILVA, 2000).

A imagem apresenta o que teria sido a instalação desse importante marco na fronteira, o Marco do Jauru que simbolizava os limetes coloniais ibéricos na América do Sul, sendo um desdobramento da assinatura do Tratado de Madri (1750). Este tratado de limite fez com que a metrópole portuguesa enviasse da Europa este monumento em forma piramidal contendo inscrições que declararam estas terras de domínio lusitano.

Compondo o cenário observamos diversas autoridades militares, políticas e eclesiásticas que teriam acompanhado tal cerimônia. Além disso, há grupos de soldados distintamente trajados portando reluzentes estandartes de suas respectivas nações. Também podem ser vistos alguns escravos agachados junto às autoridades metropolitanas, como que

compreendendo perfeitamente o papel que lhes cabia na sociedade escravocrata vigente à época. Há ainda, grupos de indígenas que observam atentamente a cena no canto direito inferior da tela e ainda dois canoeiros que representam os livres pobres ancorados suas embarcações às margens do rio Jauru.

Na próxima imagem analisamente a queda do último capitão-general de Mato Grosso, Francisco de Paula Magessi de Carvalho pelas elites cuiabanas. Tal ato de ousadia e insubordinação aglutinou os estamentos dominantes da sociedade cuiabana. Esses são alguns dos elementos que compõem a cena demonstrada na tela “A deposição de Magessi”, do pintor Moacyr Freitas, profundo conhecedor e amante da História de Mato Grosso.

Nesta obra, o autor transporta o espectador para o cenário que se via em 20 de agosto de 1821 nos arredores do Palácio dos Capitães-Gerais, residência oficial dos governadores desta capitania, em Cuiabá, que naquela época ainda não possuía o *status* de capital. Mesmo assim, os dois últimos governantes do período colonial, alegando a decantada insalubridade de Vila Bela, passaram a maior parte de suas gestões residindo em Cuiabá.

Ao se fazer uma leitura atenta da cena retratada pelo artista, percebe-se que esse movimento foi encabeçado por elementos oriundos das camadas mais abastadas da sociedade local, fato que pode ser evidenciado ao se observar as vestimentas utilizadas pelas pessoas que se aglomeravam às portas do referido palácio. Os indivíduos retratados na tela representam a elite cuiabana, gente que ocupava postos de relevância nas esferas civil, militar e clerical, e que posteriormente constituiriam a Junta Governativa encarregada de administrar essa região depois da derrubada do Capitão-General e Governador de Mato Grosso, Francisco Magessi.

Pouco antes de ser deposto, o referido governador teria jurado fidelidade à Constituição portuguesa, fato que deixava claro seu consentimento com as idéias defendidas pelas elites lusitanas que desejavam o regresso do Brasil à sua antiga condição de colônia.

Entretanto esses ideais iam na contra-mão dos interesses da elite cuiabana, que partidária do liberalismo, almejava preservar seus privilégios desfrutados naquele período. Dessa forma, planejaram e executaram um golpe que literalmente retirou o tapete sob os pés de Vossa Excelência. Isso não só serviu como demonstração de força ao derrubar o principal representante do poder metropolitano nesta capitania, como também contribuiu para a afirmação de Cuiabá como epicentro da política mato-grossense, o que gerou na sequência

uma contenda com Vila Bela que desejava manter para si a condição de centro administrativo, acirrando ainda mais a rivalidade entre as duas principais vilas de Mato Grosso.



Figura 16: A deposição de Magessi. Moacyr Freitas (2000). Acervo da Fundação Cultural de Mato Grosso.

Moacyr Freitas demonstra em sua composição harmônica o conluio que se formou em torno dos elementos da classe dominante cuiabana que ao efetuar uma intervenção cirúrgica no plano político, desejava impedir a todo custo a perda de suas prerrogativas políticas, econômicas e sociais. Para Ana Maria Marques,

A violência colonizadora não só produz o apagamento de personagens, como as heroiciza por ações que se contrapunham às suas culturas originárias com a pretensão de homogeneizá-las, desconsiderando as relações interétnicas e as diferenças que produzem. As implicações de gênero tornam ainda mais perversas as formas de violência que transformam assassinos e estupradores em promotores de limpeza étnica, agentes de pacificação e varões da miscigenação. A força homogeneizadora do domínio produz também as protagonistas que lhe são convenientes dentro de certas narrativas históricas que precisam ser mais questionadas. (MARQUES, 2017, p. 76).

Para Demétrio Magnoli, a instituição do Tratado de Madrid como um dos monumentos fundadores do Estado brasileiro significou uma delicada operação ideológica:

[...] o ocultamento da moldura que o enquadra – as disputas entre as

coroas ibéricas pelo controle da América do Sul – e a invenção de outra moldura, referenciada na constituição de uma nação e um território brasileiros. É essa operação que transformou Alexandre de Gusmão em ícone precursor da diplomacia nacional. (MAGNOLI, 1997, p. 75).

Na construção dos “quadros históricos” de Mato Grosso, procurando definir as origens, o povo, o mito fundacional e heróis, Moacyr Freitas, fiel ao legado da matriz interpretativa do IHGMT, transformou em imagens uma tradição narrativa e interpretativa para se compreender o Brasil e o Mato Grosso como nação/nação. Esta tradição, como toda aquela que se propõe ser hegemônica, retratava uma cultura nacional/regional que iria além do simples ponto de lealdade, união e identificação simbólica (cf. RIBEIRO, 2015, MICELI, 1988).

CAPÍTULO 3

O SABER HISTÓRICO NA SALA DE AULA: PROPOSTAS DE ATIVIDADES

Neste capítulo serão apresentadas algumas sugestões de atividades que podem ser realizadas nas aulas de História dos anos finais do Ensino Fundamental. Tais atividades foram desenvolvidas com base na experiência docente, enquanto professor de História desse seguimento da Educação Básica na rede pública do Estado de Mato Grosso ao longo de vinte anos e também são fruto das pesquisas realizadas para a elaboração da presente dissertação de mestrado profissional.

Espera-se que essas atividades pedagógicas possam proporcionar aos alunos a possibilidade de reflexão, a ampliação do conhecimento histórico, o compartilhamento de saberes, contribuindo assim para um aprendizado histórico significativo. Nesse sentido, a nossa escrita procura romper e desmistificar a ideia de uma história gloriosa e harmônica do Brasil:

Houve um tempo em que a História era doutrinação e se destinava, an-tes de tudo, a formar e manter os valores da nacionalidade, e a discipli-na acabava se transformando no espaço cultural mais adequado à re-produção desses sentimentos. Na escola, a pátria era grande, a raça era forte, os governadores – menos alguns tiranos – amavam o povo e eram amados por ele, não havia sangue, nem lutas, nem desavenças... Todos, afinal, se entendiam na doce harmonia de um magnífico paraíso tropi-cal, desenhado graças à ação dos excepcionais heróis imortalizados no panteão da pátria. (MICELEI, 2009, p. 47).

Tais atividades, aqui desenvolvidas, foram concebidas tendo por base os conteúdos e abordagens recorrentes nos diversos livros didáticos de História aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e adotados nas escolas públicas brasileiras.

Também levou-se em consideração os eixos temáticos e subtemas propostos aos estudantes do 6º ao 9º ano.²

Cabe ressaltar que antes de realizar uma proposta de atividade ou mesmo um projeto a ser desenvolvido em sala de aula, o professor de História precisa estar atento à alguns detalhes fundamentais. Renilson Rosa Ribeiro (2018, p. 120), lista uma série de orientações básicas:

- 1) Avaliar a disponibilidade ou possibilidade de aquisição de recursos tecnológicos e materiais didáticos na escola;
- 2) Valorizar e dialogar com o conhecimento prévio dos alunos;
- 3) Fazer um planejamento das etapas de desenvolvimento da proposta e os tipos de os alunos irão realizar em sala de aula e como tarefa de casa. Os alunos serão convidados a participar de todas as etapas do processo de concepção e execução das atividades;
- 4) Avaliar o envolvimento individual e coletivo dos alunos nas diferentes etapas da atividade. Os alunos serão convidados a realizarem constante autoavaliação de seu trabalho por meio de discussões em grupo ou pequenos relatórios;
- 5) Registrar no diário de aula ou caderno de campo informações análises e avaliações sobre o desenvolvimento das atividades em sala de aula e o envolvimento e desempenho dos alunos.

O ensino de História, antes de tudo, é a promoção da conscientização acerca dos problemas cotidianos, a compreensão do mundo e o conhecimento da realidade social a partir de uma relação dialógica e libertadora entre professores e alunos em sala de aula.

Quanto à função social do professor, Paulo Freire enfatizou recorrentemente a necessidade de se ter consciência da importância e dos significados que a sua atuação exerce na existência dos alunos, marcando profundamente sua trajetória escolar e intelectual, assim

² Em razão da recente aprovação da *Base Nacional Comum Curricular*, para o Ensino Fundamental, em 2018, optamos por nortear a construção das propostas com base no documento de História do PCN.

como sua representação do que seria o ato de educar:

A responsabilidade do professor, de que às vezes não nos damos conta, é sempre grande. A natureza mesma de sua prática eminentemente formadora sublinha a maneira como a realiza. Sua presença na sala é de tal maneira exemplar que nenhum professor ou professor escapa ao juízo que dele ou dela fazem os alunos, e o pior talvez dos juízos é o que se expressa na “falta” de juízo. O pior juízo é o que considera o professor uma ausência na sala. (FREIRE, 1996, p. 65).

É como um convite ao diálogo criativo que apresentamos nossas propostas de ação nas aulas de História, na esperança que os colegas de trabalho se apropriem, desmontem, recortem, transformem e (re)inventem junto com as crianças e jovens na escola.

3.1. Proposta 1: Ações dos bandeirantes na História do Brasil

Objetivo: A partir dos conteúdos históricos do 8º ano, compreender o processo de construção do mito em torno da figura histórica dos bandeirantes e abordar o revisionismo historiográfico acerca do papel exercido por estes agentes históricos ao longo do período colonial brasileiro.

Público-alvo: Alunos do terceiro ciclo do Ensino Fundamental – 8º ano

Eixo temático: As relações de trabalho e as relações sociais

Tema transversal: Trabalho e Consumo

Justificativa e descrição das atividades

Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), o denominado saber histórico na sala de aula é constituído pelas tradições de ensino da área, pelas interações sociais envolvendo professores e alunos, pelas produções escolares de professores e alunos, além do conhecimento produzido através das investigações científicas desenvolvidas por historiadores, das formas e conteúdos encontrados nos mais diversos materiais didáticos utilizados, das informações organizadas nos manuais escolares e as informações disseminadas através dos meios de comunicação e da internet. Todos esses elementos contribuem no processo de aquisição do conhecimento histórico dos estudantes.

No 8º ano do Ensino Fundamental os conteúdos dos livros didáticos de História geralmente enfocam os seguintes temas: expansão da América portuguesa, a mineração no

período colonial, as rebeliões coloniais, os movimentos emancipacionistas, entre outros assuntos.

Portanto, tendo por base esses conteúdos que geralmente são abordados pelos materiais didáticos nesta fase da Educação Básica, esta atividade procura promover uma melhor compreensão acerca do fenômeno bandeirista e do processo de construção do mito em torno da figura histórica dos bandeirantes. Também constitui-se objetivo desta atividade abordar o revisionismo historiográfico acerca do papel exercido por estes agentes históricos ao longo do período colonial brasileiro.

A colonização da Capitania de São Vicente durante o século XVI apresenta similaridades com a colonização das Capitanias da Bahia e Pernambuco, constituindo-se áreas destinadas à produção açucareira. Entretanto uma série de fatores, tais como a má qualidade do solo, a baixa produtividade agrícola, a distância em relação aos portos europeus, a falta de grandes investimentos financeiros, a presença da Serra do Mar, que impedia a expansão agrícola, fizeram com que a região passasse a se dedicar ao cultivo agrícola de subsistência e o desenvolvimento de atividades visando o mercado interno. Em razão da falta de recursos financeiros em quantidade suficiente para a aquisição de africanos escravizados, a mão de obra básica era de indígenas escravizados.

De acordo com a historiadora Luíza Volpato, a carência de mão de obra indígena levou os habitantes do planalto vicentino a promoverem a organização de bandeiras, expedições que tinham por objetivo o aprisionamento de indígenas no interior do território. (VOLPATO, 1985, p. 23)

As expedições bandeirantes contribuíram para a expansão das terras portuguesas na América. Tais expedições eram organizadas e financiadas por particulares, ainda que algumas deles às vezes obtivessem recursos da Coroa. Seus integrantes ficaram conhecidos na historiografia brasileira como bandeirantes. As bandeiras foram impulsionadas pela posição geográfica da vila de São Paulo ligada à rotas de penetração para o interior do território, além da presença dos rios Tietê e Paraná, que se constituíram em meio de transporte. Outro relevante fator impulsionador do bandeirismo foi o comércio de “negros da terra”, forma pela qual eram designados os povos indígenas apresados pelos bandeirantes. Ao longo do período de domínio holandês no Nordeste, o escravo indígena passou a abastecer as lavouras paulistas e a suprir a falta de escravos africanos em outras partes da colônia. Essas

expedições que buscavam capturar indígenas foram denominadas de bandeiras de apresamento e se dirigiram para os territórios dos atuais estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, além de atacar as missões jesuíticas, alvo prioritário em razão da existência nesses locais dos chamados “índios ladinos”, ou seja, já habituados aos trabalhos na lavoura.

Entre o final do século XVII e o início do século XVIII, os bandeirantes foram responsáveis pelo descobrimento de diversas jazidas auríferas no interior da colônia, dando início ao período da mineração na América portuguesa. Como consequência do movimento bandeirista tivemos também o alargamento das fronteiras coloniais portuguesas, em virtude do avanço sobre os territórios que de acordo com as cláusulas do Tratado de Tordesilhas pertenceriam aos espanhóis, a exploração de ouro no século XVIII, fator este que proporcionou maior integração entre diferentes áreas coloniais impulsionadas pelos comércio interno. Entretanto é preciso assinalar que as bandeiras também ocasionaram a escravização de milhares de indígenas, a destruição de várias missões jesuíticas e o extermínio de milhares de índios.

Portanto, esta atividade tem por objetivo perceber de que forma foi construída a imagem dos bandeirantes enquanto grandes heróis, verdadeiros construtores da nação brasileira, além de efetuar uma leitura crítica sobre o papel desempenhado por estes agentes na colonização do Brasil e compreender o recente revisionismo historiográfico sobre o tema.

Pretende-se dessa forma contemplar as questões relacionadas ao subtema *As relações sociais e relações de trabalho*, bem como ao tema transversal *Trabalho e Consumo*.

Fontes

Documento 1



As lavras do Sutil. Moacyr de Freitas (2000). Acervo da Fundação Cultural de Mato Grosso.

Documento 2



Monumento às bandeiras. Parque do Ibirapuera, em São Paulo

Documento 3



Monumento no bairro Bandeirantes, em Cuiabá, inaugurado em meados da década de 1960, homenageia o branco, o índio e o negro.

Documento 4



Mapa das principais expedições bandeirantes. *Atlas histórico escolar*. Rio de Janeiro: FAE, 1991.

Documento 5



Desenho dos bandeirantes Manuel de Campos Bicudo e seu filho Antônio Pires de Campos. Autor: Belmonte, meados do século XX

Documento 6

O movimento bandeirantista surgiu da necessidade de mão de obra dos habitantes do planalto piratiningano. Sem condições de importar os escravos africanos que o comércio europeu colocava-lhes à disposição nos portos coloniais, utilizavam a força de trabalho indígena. As condições específicas da sociedade do planalto não lhe permitiam consumir um dos mais caros e mais absorvidos produtos, mercantilizado pela exploração do comércio colonial, o escravo africano.

Se os bandeirantes contrariavam os interesses metropolitanos em relação ao Brasil por desprezarem um dos mais importantes produtos e por ofereceram ao colonos um dos similares da terra, ou seja, o escravo índio, por outro lado atendiam a outros interesses metropolitanos, também de real importância, entre eles destaca-se o devassamento do sertão.

(VOLPATO, Luíza Rios Ricci. *Entradas e bandeiras*. São Paulo: Global, 1985, p. 45)

Documento 7



Bandeirantes capturando índios carijó (guarani) do sul do Brasil. Pintura de Jean-Baptiste Debret. (1830).

Procedimentos

- 1) Conforme o desenvolvimento dos conteúdos do 8º ano, abordar o papel desempenhado pelos bandeirantes nas atividades de interiorização da presença colonizadora na América portuguesa, o desenvolvimento da mineração no Brasil no século XVIII, bem como a escravização e extermínio de milhares de indígenas.
- 2) Apresentar ao longo das aulas, trechos dos documentos citados (telas, desenhos, monumentos históricos, trechos de livros, artigos científicos), que apresentam diversas visões, reflexões e diferentes posicionamentos sobre a relevância dos bandeirantes na História do Brasil e chamam a atenção para o recente revisionismo histórico sobre este tema.
- 3) Analisar os documentos com os alunos e fazer um levantamento sobre o tipo de fonte histórica, a linguagem, o autor, o contexto de produção/publicação, intencionalidades e imagens sobre os bandeirantes ao longo do tempo.
- 4) Auxiliar a leitura e interpretação dos textos fazendo uso de dicionários, encyclopédia, pesquisas na internet, bem como a utilização do livro didático.

- 5) Articular uma abordagem interdisciplinar relacionando o conteúdo sobre a atividade bandeirante com temas associados a Geografia, Língua Portuguesa e Arte, incentivando dessa maneira o diálogo entre diferentes áreas de conhecimento. Atividades planejadas coletivamente pelos professores dessas áreas podem tornar mais rico ainda o debate em sala de aula, sem perder de vista as especificidades da disciplina de História. A partir do tema gerador das relações de trabalho e relações sociais pode-se desenvolver um trabalho coletivo entre essas diversas disciplinas do currículo escolar.
- 6) Promover aulas dialogadas sobre as expedições bandeirantes e o contexto histórico de sua criação, seus objetivos, suas ações no interior da colônia e as consequências desse evento histórico.
- 7) Realizar oficinas ou discussões com foco nas diferentes perspectivas de análise sobre as ações dos bandeirantes durante o período colonial brasileiro. Reportagem em revistas e em sítios na internet poder facilitar o debate ao oferecer valiosos subsídios aos alunos.
- 8) No decorrer do desenvolvimento da proposta, os alunos poderão fazer pesquisas orientadas pelo (a) professor (a), produções de textos, mapas, desenhos, histórias em quadrinhos, apresentações orais e materiais audiovisuais sobre as diferentes perspectivas de análise sobre o referido evento histórico.
- 9) Como culminância dessa atividade, pode-se organizar uma exposição na escola ou comunidade escolar contemplando a produção dos alunos sobre o tema, assim como pode-se ainda promover um ciclo de palestras com historiadores e sociológicos para abordarem o tema.

Duração da proposta: um bimestre (dois meses), intercalada com as aulas regulares da disciplina.

Bibliografia de apoio sugerida

- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo.* São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- RIBEIRO, Renilson Rosa. *Fazer história: a importância de ler, interpretar e escrever em sala de aula.* Curitiba: Appris, 2018.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

VOLPATO, Luíza Rios Ricci. *Entradas e bandeiras*. São Paulo: Global, 1985.

3.2. Proposta 2: História dos quilombos em Mato Grosso e cultura negra

Objetivo: Embasando-se nos conteúdos didáticos do 7º ano do Ensino Fundamental, discutir o tema da pluralidade cultural, com ênfase no estudo da histórica resistência negra diante da escravidão através das mais variadas formas, especialmente no estabelecimento de comunidades quilombolas ao longo do período de vigência da escravatura no Brasil.

Público-alvo: Aluno do 3º ciclo do Ensino Fundamental – 7º ano.

Eixo temático: As relações de trabalho

Tema transversal: Pluralidade cultural.

Justificativa e descrição das atividades

Embasando-se nos conteúdos didáticos do 7º ano do Ensino Fundamental, discutir o tema da pluralidade cultural, com ênfase no estudo da histórica resistência negra diante da escravidão através das mais variadas formas, especialmente no estabelecimento de comunidades quilombolas ao longo do período de vigência da escravatura no Brasil.

Com base na leitura dos textos sobre a escravidão e a resistência do negro presentes no livro didático de História de Mato Grosso e nos documentos a seguir apresentados, seguida de uma discussão sugerimos a realização de uma série de atividades (seminário, maquetes, desenhos, histórias em quadrinhos e debates) sobre a história e cultura dos afro-brasileiros. Compreendendo os quilombos como espaços de resistência à escravidão e de intensa manifestação da pluralidade cultural (cf. RIBEIRO, CEREZER, SANTOS, 2018).

Para Renilson Rosa Ribeiro, a temática dos quilombos em Mato Grosso, por exemplo,

[...] torna-se mais rico e delicado quando a articulação desses pontos envolve a temática da pluralidade cultural – dos temas transversais dos PCN, especialmente no contexto da Lei nº 10.639/03, que institui o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira na escola de educação básica. Os PCN, em especial o volume dedicado à pluralidade cultural, e a lei

supracitada impõem desafios para os professores, uma vez que propõem uma realidade pedagógica que, fugindo do isolacionismo das disciplinas, defende a articulação entre as disciplinas e o envolvimento da escola como um todo. (RIBEIRO, 2018, p. 129).

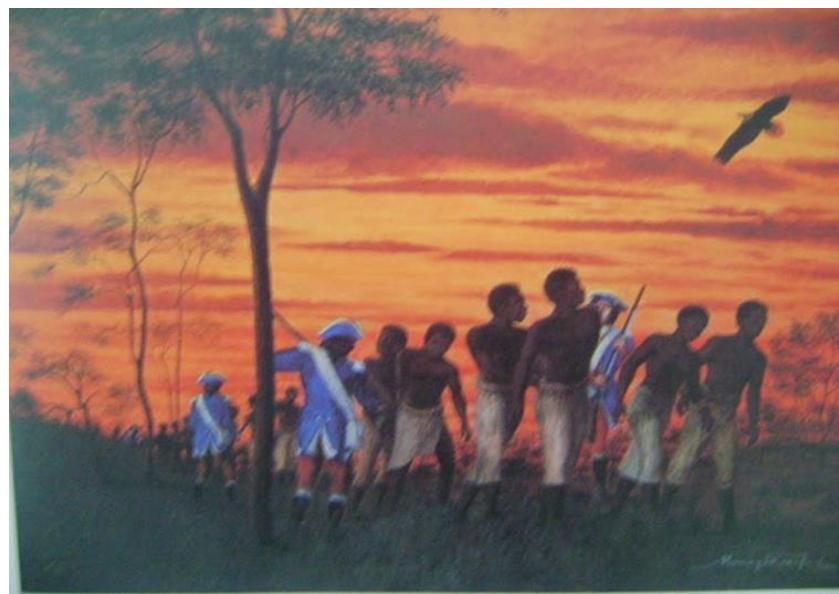
Ao analisar a questão das representações dos quilombos na imagética de Moacyr Freitas, ressalta a elaboração de uma secundarização da abordagem, quando não um silenciamento:

Vale também ressaltar que houve uma escolha para compor esse acervo que conta a história de Mato Grosso através de pinturas. Decidiu-se por destacar uma escrava e silenciou-se o protagonismo de Tereza de Benguela, por exemplo, que foi líder negra do Quilombo Quariterê, principalmente destacada depois da morte do seu conselheiro José Piolho, na região de Vila Bela. A história da Rainha Teresa foi relembrada em 1994 pela escola de samba Unidos da Viradouro, tendo à frente o carnavalesco Joãosinho Trinta. Sobre o episódio do quilombo, Freitas espalhou escuridão e anonimato, como no quadro intitulado *Destruição do Quilombo Piolho*. (MARQUES, 2017, p. 72).

Pretende-se assim contemplar as questões relacionadas ao subtema *As relações de trabalho* e ao subtema “Pluralidade cultural” sugeridos pelos PCN.

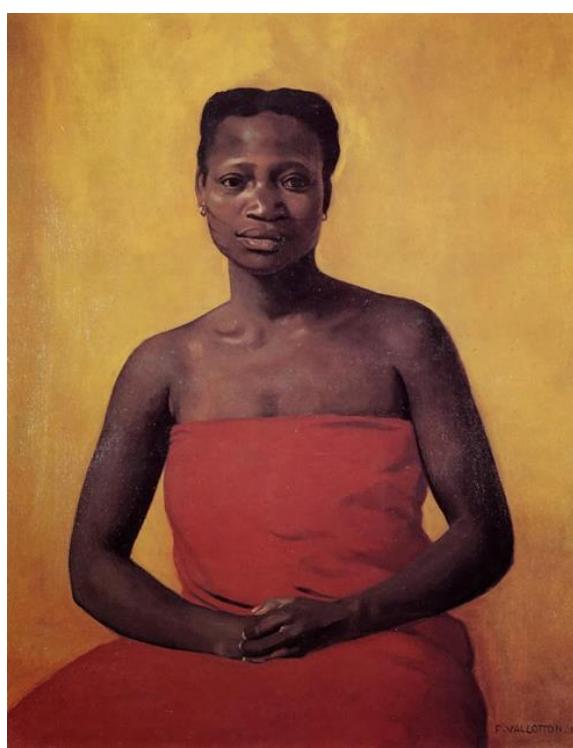
Fontes

Documento 1



Destrução do Quilombo do Piolho. Moacyr Freitas (2000). Acervo da Fundação Cultural de Mato Grosso.

Documento 2



Tereza de Benguela, rainha do Quilombo do Quariterê. Autor desconhecido s.d. Fonte: Geledés.Org

Documento 3

[...] Nos meus acordes vou contar
A saga de Tereza de Benguela
Uma rainha africana
Escravizada em Vila Bela
O ciclo do ouro iniciava
No cativeiro, sofrimento e agonia
A rebeldia, acendeu a chama da liberdade
No Quilombo, o sonho de felicidade

Ilê Ayê, Ara Ayê Ilu Ayê
Um grito forte ecoou (bis)
A esperança, no quariterê
O negro abraçou

No seio de Mato Grosso, a festança começava
Com o parlamento, a rainha negra governava
Índios, caboclos e mestiços, numa civilização
O sangue latino vem na miscigenação

A invasão gananciosa, um ideal aniquilava
A rainha enlouqueceu, foi sacrificada
Quando a maldição, a opressão exterminou
No infinito uma estrela cintilou

Vai clarear, oi vai clarear
Um Sol dourado de Quimera (bis)
A luz de Tereza não apagará
E a Viradouro brilhará na nova era
Tereza de Benguela - Uma Rainha Negra No Pantanal G.R.E.S Unidos do Viradouro
(RJ) Samba Enredo 1994.

Documento 4

Os Quilombos em Mato Grosso

Em Mato Grosso, desde os primórdios da colonização tem-se notícias de organização quilombola. Dentre outras, pode-se citar o quilombo do Quariterê ou do Piolho, localizado nos arredores de Vila Bela da Santíssima Trindade, primeira capital de Mato Grosso. Esse quilombo, além de servir de refúgio de negros escravizados, também acolhia ameríndios de várias nações, como por exemplo, os cabixis. Entre as várias especialidades desse espaço de diversidade cultural e étnica, destaca-se a liderança de Tereza de Benguela, a rainha Tereza, como era conhecida pelos aquilombados. Mulher forte e destemida enfrentou seus algozes com tenacidade para ver seu povo livre do jugo da escravidão.

A ideia de pobreza e miséria dos quilombos, como espaço de saltimbancos e malfeiteiros cultivada pela elite, contrasta com a realidade do Quariterê, visto que, ao ser atacado, no seu interior foram encontradas grandes plantações de milho, feijão, fava, mandiocas, amendoim, batatas, caras e outras raízes, assim como muitas bananas, ananás, abóboras, fumo, galinhas e algodão do qual teciam panos grossos para confecção de roupas. Conclui-se, então, que a vida e o cotidiano nesse espaço era de

fartura alimentícia e de víveres.

(SANTOS, Ângela Maria dos; SILVA, João Bosco da (Org). *História e Cultura Negra: Quilombos em Mato Grosso*. Cuiabá: SEDUC-MT, 2009.)

Documento 5

Dança afro da região de Vila Bela da Santíssima Trindade. Esta dança surgiu no período colonial/imperial, quando escravos fugitivos ou transgressores eram aprisionados e castigados pelos Senhores e seus entes queridos solicitavam seu perdão e liberdade dançando o Chorado, em que muitas vezes eram atendidos.

Com o passar dos tempos passou a ser realizada ao final da festa de São Benedito pelas mulheres que trabalharam na cozinha

A coreografia tem um ponto diferente de outras danças mato-grossenses autóctones, devido ao equilíbrio das garrafas na cabeça das dançarinas, as quais cantam e dançam um tema próprio. Procuram manter a garrafa na cabeça, para mostrar que estão sóbrias, isto é, que apesar da festança, ninguém está embriagado. Este passou a ser o significado atual da Dança do Chorado.

A expressão que mais se aproxima desta dança é a “Dança da Galopera”, no Paraguai, que também se dança com garrafa na cabeça. A diferença é que a bailarina não canta, pois o tema é instrumental a base de harpa e violão ou banda marcial.

Atualmente a Dança do Chorado é executada pelos componentes do Instituto Tereza de Benguela, como referência cultural do Estado de Mato Grosso.

(Portal Mato Grosso <http://www.portalmatogrosso.com.br/cultura/dancas/danca-do-chorado/16934>. Acesso em 25/01/2019)

Documento 6

*O branco inventou que o negro
Quando não suja na entrada
Vai sujar na saída, é
Imagina só
Vai sujar na saída, é
Imagina só
Que mentira danada, é*

*Na verdade a mão escrava
Passava a vida limpando
O que o branco sujava, é
Imagina só
O que o branco sujava, é
Imagina só
O que o negro penava, é
Mesmo depois de abolida a escravidão
Negra é a mão
De quem faz a limpeza
Lavando a roupa encardida, esfregando o chão
Negra é a mão
É a mão da pureza
Negra é a vida consumida ao pé do fogão
Negra é a mão*

*Nos preparando a mesa
Limpando as manchas do mundo com água e sabão
Negra é a mão
De imaculada nobreza
Na verdade a mão escrava
Passava a vida limpando
O que o branco sujava, ê
Imagina só
O que o branco sujava, ê
Imagina só
Eta branco sujão*
(A mão da limpeza. Gilberto Gil. Álbum: Raça Humana. 1984.)

Documento 7

Deputados criam projeto para acabar com o feriado da Consciência Negra em MT e alegam prejuízo econômico

Proposta é assinada por lideranças partidárias e tramita na Casa de Leis desde o dia 14 de novembro deste ano. Projeto pede alteração na Lei nº 7.879 de 2002, que instituiu o feriado no estado.

G1.com 28/11/2018 <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2018/11/28/deputados-criam-projeto-para-acabar-com-o-feriado-da-consciencia-negra-em-mt-e-alegam-prejuizo-economico.ghtml> acesso em 25/1/2019

Documento 8



Contos dos Orixás. História em Quadrinhos. Hugo Canuto

Nota: O projeto *Contos dos Orixás* constitui-se de uma série de histórias da cultura Yorubá conduzidas para o universo dos quadrinhos por autores brasileiros que pesquisaram a mitologia africana e convertendo os orixás em super-heróis no estilo marvel e procuram aproximar os jovens e crianças.

Procedimentos

- 1) Esta atividade visa destacar as diferentes noções de trabalho e de escravidão, bem como as formas de resistência negra desenvolvidas ao longo da história, enfatizando as relações entre trabalho e escravidão na América Portuguesa e na Capitania de Mato Grosso no período colonial.
- 2) Ao longo das aulas, promover a exposição dos documentos mencionados (iconografia, textos, músicas, samba-enredo, matérias jornalísticas, história em quadrinhos) que contêm informações, percepções, reflexões e questionamentos sobre os quilombos, como local de resistência ao cativeiro do negro africano no período colonial, estabelecendo uma conexão com as questões contemporâneas acerca da valorização do trabalho, da condenação da prática da escravidão e do combate ao racismo e a discriminação.
- 3) Analisar criteriosamente os documentos com os alunos e fazer um levantamento à respeito do tipo de fonte histórica, a linguagem, o autor, o contexto histórico de produção/publicação, bem como as intencionalidades e posições ou imagens sobre os quilombos como espaços de resistência, liberdade e diversidade cultural.
- 4) Recorrer ao uso de dicionários, encyclopédias e do próprio livro didático como auxílio a leitura e interpretação dos textos apresentados.
- 5) Promover, se possível, uma interação dessas atividades com outras disciplinas, tais como Geografia, Língua Portuguesa e Arte, incentivando dessa forma práticas interdisciplinares através de planejamento em conjunto pelos professores dessas áreas, fato que enriquecerá o debate sobre a localização dos quilombos, as práticas culturais ali desenvolvidas, a linguagem ali presente, sempre sem perder de vista as especificidades do saber histórico.
- 6) Promover aulas expositivas e dialogadas sobre os conceitos de trabalho, escravidão, resistência, pluralidade cultural, identidade étnica a partir dos conceitos históricos abordados.

- 7) Realizar oficinas didáticas ou discussões coletivas enfocando a permanência de práticas de escravidão no mundo contemporâneo ou nas ações desenvolvidas pelos remanescentes quilombolas na sua luta cotidiana pelo reconhecimento de seu território. Reportagem em jornais, sítios eletrônicos ou revistas podem oferecer preciosos subsídios aos alunos.
- 8) Ao longo do desenvolvimento da proposta, os alunos poderão fazer pesquisas orientadas, produção de textos, maquetes ou desenhos e apresentações orais sobre as diferentes perspectivas de abordagem do tema.
- 9) Na culminância da atividade, pode ser realizada uma exposição destinada a todos os alunos da unidade escolar e/ou a comunidade contemplando a apresentação da produção dos alunos sobre o tema.

Duração da proposta: um bimestre (dois meses), intercaladas com as aulas regulares desse período letivo.

Bibliografia de apoio sugerida

REIS, João José Reis; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RIBEIRO, Renilson Rosa. *Fazer história: a importância de ler, interpretar e escrever em sala de aula*. Curitiba: Appris, 2018.

RIBEIRO, Renilson Rosa (Org.). *O negro em folhas brancas: ensaios sobre as imagens do negro nos livros didáticos de História do Brasil (últimas décadas do século XX)*. *Cadernos de Graduação*. Campinas, IFCH-Unicamp, n.2, 2. ed, 2003.

RIBEIRO, Renilson Rosa; CEREZER. Osvaldo Mariotto ; SANTOS, Amauri Junior S. . Quilombo de Palmares, espaço de resistência e pluralidade cultural: uma proposta para o ensino de História a partir da Lei n. 10.639/03. In: SQUINELLO, Ana Paula; ZARBATO, Jaqueline (Org.). *Experiências, trajetórias e práticas de formação de professores*: Pibid, estágio supervisionado e prática de ensino de História. Campo Grande: Life Editora, 2018, p. 165-186.

SANTOS, Ângela Maria dos; SILVA, João Bosco da (Org). *História e Cultura Negra: Quilombos em Mato Grosso*. Cuiabá: SEDUC-MT, 2009.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso*: da ancestralidade aos dias

atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

3.3. Proposta 3: Questão indígena em Mato Grosso

Objetivo: A partir dos conceitos históricos estudados no 6º ano do Ensino Fundamental, abordar a temática indígena no Brasil, e particularmente a questão indígena em Mato Grosso. Com destaque para os reflexos do processo de colonização, as relações conflituosas e complementares estabelecidas entre os povos indígenas e os colonizadores, a luta pela manutenção de suas terras e seus costumes, a preservação da cultura das populações nativas deste território.

Público-alvo: alunos do sexto ano do Ensino Fundamental

Eixo temático: Cultura

Tema transversal: Pluralidade cultural

Justificativa e descrição das atividades

A promulgação da Lei nº 11.645/2008 promoveu a inclusão no currículo oficial da Educação Básica no Brasil a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena”. Isso garante a possibilidade de abordagem da temática em tela no ensino de todas as disciplinas do currículo, que inclui o Ensino fundamental e Médio. Sendo assim, o referido assunto tornou-se ainda mais frequente nos livros didáticos, visto que este se constitui num dos instrumentos pedagógicos mais utilizados em sala de aula pelos professores e alunos nos processos de ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, esta atividade busca contemplar uma possibilidade de reflexão criteriosa acerca dos profundos reflexos do processo de colonização, as relações conflituosas envolvendo os povos indígenas e os colonizadores, a histórica luta pela manutenção de suas terras e preservação de seus costumes, bem como a preservação da cultura das populações nativas deste território.

De acordo com Renilson Rosa Ribeiro,

A partir da articulação entre educação e cidadania, os PCN abriram possibilidades para alunos e professores refletirem sobre situações-problemas vividas no cotidiano: ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual, pluralidade cultural e trabalho e consumo. (RIBERO, 2018, p. 122).

Dessa forma, o tratamento acerca da presença do índio pela inclusão nos currículos da Educação básica que valorizem a reflexão sobre a riqueza de suas culturas e a influência delas sobre a sociedade, conforme disposto na Constituição de 1988 (art. 210, parágrafo 2º), portanto é uma forma de valorização e reafirmação dos direitos dos povos indígenas como povos nativos deste território, no sentido de se corrigir visões esteriotipadas, distorcidas e preconceituosas que homogeneinizam esses povos como se os mesmos fossem um único grupo.

Esta atividade tem por objetivo promover uma reflexão sobre as contribuições indígenas na formação cultural e social brasileira, bem como entender as principais práticas de resistência contra a colonização e a expropriação de suas terras. Visa ainda compreender os discursos oficiais produzidos ao longo dos períodos colonial e imperial que apresentava uma visão depreciativa em relação à estes povos.

Outra possibilidade de discussão é compreender de que maneira o discurso oficial produzido pelo IHGMT tratou da questão indígena. Faremos esta análise a partir de um trecho do hino de Mato Grosso escrito por Dom Aquino, mentor intelectual da criação deste instituto.

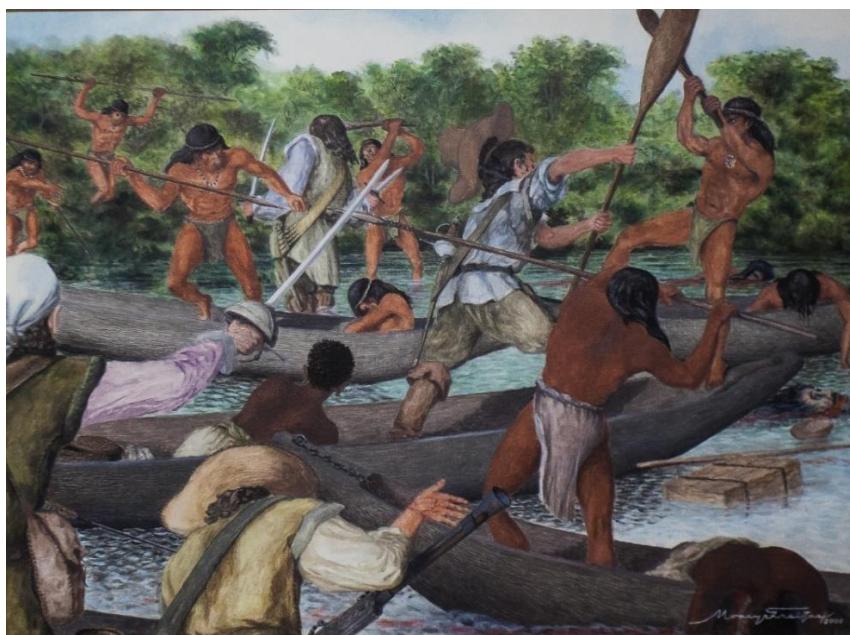
Nesta atividade também teremos a análise da letra e do ritmo da canção “Kikiô”, composta por Geraldo Spíndola, que aborda aspectos da cultura indígena e de sua formação histórica, uma eficiente forma de discutir a questão indígena.

Os povos indígenas estão mobilizados em defesa de suas terras, das reservas demarcadas pelo governo federal nos últimos quarenta anos através da intermediação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Os movimentos de preservação dos direitos dos primeiros habitantes deste solo, de sua cultura, além do acesso à terra, da manutenção de áreas florestais, biomas tangidos apenas pelo extrativismo de auto-subsistência, estão no centro dessa questão no Brasil. Neste momento, os povos indígenas retomam suas bandeiras de luta pela manutenção de áreas isoladas, locais em que possam sobreviver a partir de atividades como a caça, a pesca e dos cultivos de subsistência. A questão indígena volta à tona em diversas regiões do país, em um momento em que o governo federal anuncia que fará revisões sobre demarcações e que se posicionará favoravelmente à produção agrícola em escala comercial nessas terras protegidas por lei. A letra e a estética da referida composição musical chama a atenção para a necessidade de uma reflexão críticas sobre o processo

histórico dos povos nativos do Brasil, além de proporcionar uma oportunidade de reconhecimento e respeito pela cultura indígena

Fontes

Documento 1



Quadro de Moacyr Freitas - Combate de Monção com os Paiaguás. Acervo da Fundação Cultural de Mato Grosso.

Documento 2

Hino de Mato Grosso

*Limitando, qual novo colosso
O ocidente do imenso Brasil
Eis aqui, sempre em flor, Mato Grosso
Nosso berço glorioso e gentil
Eis a terra das minas fiascantes
Eldorado como outros não há
Que o valor de imortais bandeirantes
Conquistou ao feroz Paiaguás!
Salve, terra de amor, terra do ouro
Que sonhara Moreira Cabral!
Chova o céu dos seus dons o tesouro
Sobre ti, bela terra natal!*

(Trecho do Hino do Estado de Mato Grosso, de autoria de D. Aquino Correa.)

Documento 3

*Kikiô nasceu no centro
Entre montanhas e o mar
Kikiô viu tudo lindo
Todo índio por aqui
India América deu filhos
Foi Tupi foi Guarani
Kikiô morreu feliz deixando
a terra para os dois
Guarani foi pro sul
Tupi pro norte
E formaram suas tribos
cada um em seu lugar
Vez em quando se encontravam
Pelos rios da América
E lutavam juntos contra o
branco em busca de servidão
E sofreram tantas dores acuados no sertão
Tupi entrou no Amazonas
Guarani ainda chama...
Kikiô na lua cheia quer Tupi,
quer Guarani...*

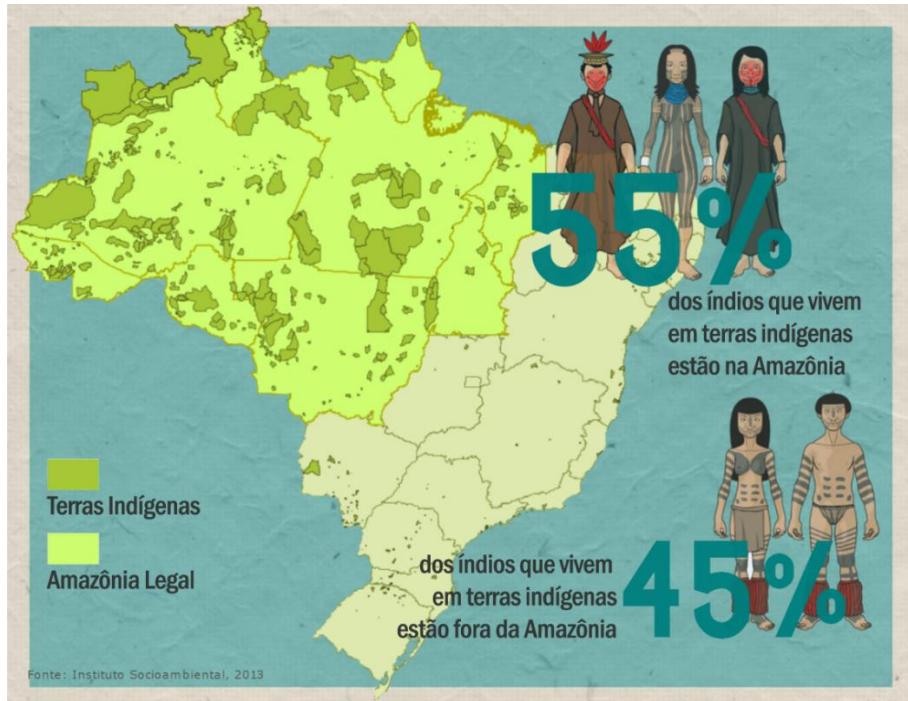
(Kikiô. Almir Sater. Álbum: Cria. 1986)

Documento 4



(Charge: Leilão da resistência. Carlos Latuff, dezembro 2013)

Documento 5



(Mapa das terras indígenas. Fonte: <https://mirim.org/terras-indigenas>. Acesso em 25/1/2019.)

Documento 6

Bolsonaro transfere para a Agricultura a demarcação de terras indígenas e quilombolas

Medida não define como serão feitas as identificações e demarcações de terras. Serviço Florestal Brasileiro também foi para a pasta.

G1.com 02/01/2019. Fonte: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/02/bolsonaro-transfere-para-a-agricultura-as-atribuicoes-sobre-demarcacao-de-terras-indigenas-e-quilombolas.ghtml>
(Acesso em 25/1/2019)

Procedimentos

- 1) Conforme o desenvolvimento dos conteúdos programáticos de História do 6º ano do Ensino Fundamental, discutir a contribuição indígena na formação cultural brasileira. Em seguida, abordar as questões referentes ao contato com os colonizadores, enfatizando as formas de resistência contra a escravidão e o extermínio dos povos indígenas.

2) Ao longo das aulas, promover a exposição dos documentos mencionados (iconografia, textos, músicas, matérias jornalísticas) que contêm informações, reflexões e questionamentos sobre os povos indígenas ao longo de nossa formação histórica.

3) Analisar os documentos com os alunos e fazer um levantamento acerca do tipo de fonte histórica, a linguagem, o autor, o contexto histórico de produção/publicação, intencionalidades e posições ou imagens sobre os povos indígenas brasileiros, sua contribuição no processo de formação histórico-cultural brasileira.

4) Para facilitar a leitura e interpretação dos textos apresentados, recomenda-se uso de dicionários, enciclopédias e do próprio livro didático.

5) Promover, se possível, uma interação dessas atividades com outras disciplinas, tais como Geografia, Língua Portuguesa e Arte, incentivando dessa forma práticas interdisciplinares através de planejamento em conjunto pelos professores dessas respectivas disciplinas, fato que enriquecerá o debate sobre a localização das principais reservas indígenas, as práticas culturais ali desenvolvidas, a contribuição indígenas no vocabulário e nas práticas culturais, sempre sem perder de vista as especificidades do saber histórico.

6) Promover aulas expositivas e dialogadas sobre os conceitos de cultura, escravidão, resistência, pluralidade cultural, identidade étnica, direitos dos povos indígenas a partir dos conceitos históricos abordados.

7) Realizar oficinas didáticas ou discussões coletivas enfocando a permanência de práticas preconceituosas em relação aos indígenas no mundo contemporâneo ou nas ações desenvolvidas pelos índios na sua luta pela preservação de seu território e cultura. Reportagem em jornais, sítios eletrônicos ou revistas oferecem preciosos subsídios aos alunos.

8) Ao longo do desenvolvimento da proposta, os alunos poderão fazer pesquisas orientadas, produção de textos, maquetes ou desenhos e apresentações orais sobre as diferentes perspectivas de abordagem do tema.

9) Na culminância da atividade, pode ser realizada uma exposição destinada aos e/ou a comunidade contemplando a apresentação da produção dos alunos sobre o tema.

Duração da proposta: um bimestre (dois meses), intercaladas com as aulas regulares desse período letivo.

Bibliografia de apoio sugerida

- FERREIRA, Martins. *Como usar música em sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2006.
- MACHADO, Maria de Fátima Roberto. *Diversidade sociocultural em Mato Grosso*. Cuiabá: Entrelinhas, 2008.
- RIBEIRO, Renilson Rosa. *Fazer história: a importância de ler, interpretar e escrever em sala de aula*. Curitiba: Appris, 2018.
- SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloísa. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o desenrolar deste longo e instigante percurso, acreditamos ainda ser possível aprofundar o debate acerca da utilização de imagens nas aulas de História, visto que existem amplas possibilidades de renovadas leituras sobre o tema e à nossa frente descontinam-se novos questionamentos, outros problemas e formas de abordagem.

A presente dissertação de mestrado se configurou num exercício de abordar as amplas possibilidades de utilização de representações imagéticas no ensino e aprendizagem de História de Mato Grosso.

A análise da construção da identidade regional mato-grossense foi resultado do trabalho desenvolvido pelos intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Entre eles destacou-se Estevão de Mendonça, um dos primeiros engajados na tarefa de demonstrar uma imagem positiva do estado, fato que é facilmente comprovado pela leitura do livro didático por ele elaborado, o *Quadro Chorographic de Matto-Grosso*, publicado em 1906, trabalho pioneiro que contribuiu para a história da educação neste estado, indo de encontro aos interesses das elites político-econômicas mato-grossense daquele período histórico.

Este manual didático assumia um caráter propagandístico, dando ênfase maior para os aspectos considerados positivos, o que por sua vez atendia diretamente às necessidades das elites intelectuais do estado que tinha a meta de consolidar uma identidade regional para esse intento criou em 1919 o IHGMT e esta instituição teve a tarefa de repaginar a imagem de Mato Grosso perante as demais unidades da federação. Assim, promoveu-se a tarefa de demonstrar que esta era uma terra civilizada, pacificada e com um passado de glórias.

Evidentemente que, por essa interpretação da identidade mato-grossense, todo o protagonismo histórico recaía sobre os ombros das camadas dominantes,

enquanto que as camadas populares eram silenciadas neste processo, não cabendo nem mesmo a valorização dos aspectos relativos à cultura popular nas publicações do IHGMT que se caracterizavam por uma narrativa cronológica linear, factual, positivista, enfatizando aspectos da História política, os grandes acontecimentos históricos e os feitos de governantes que tiveram atuações de destaque. Atendendo aos interesses das elites cuiabanas, adotou-se o padrão ideal de mato-grossense: homem branco, culto, descendente dos bandeirantes e habitante de Cuiabá.

Durante boa parte da segunda metade do século passado, capitaneada pelo IHGMT, a produção historiográfica passa a enfatizar o papel civilizatório do mato-grossense aliado a um processo modernizador que continuava a deixar excluídas as populações tradicionais visto que se perpetuava o silenciamento de indígenas, negros e pobres.

O papel hegemônico do IHGMT na produção e divulgação de pesquisas de História regional perdurou até o surgimento das universidades no estado de Mato Grosso. A Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), criada no ano de 1970, logo tornou-se a principal instituição responsável por pesquisas historiográficas em âmbito estadual.

Acreditamos que a utilização de iconografia regional no ensino de História de Mato Grosso pode contribuir para uma aprendizagem histórica significativa, desde que seja realizada seguindo um referencial teórico-metodológico definido e observando critérios específico que levem em consideração uma profunda crítica historiográfica para se promover o questionamento das fontes, procurando refletir sobre suas intencionalidades. Foi o que verificamos na interpretação das pinturas de Moacyr Freitas contidas na obra *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*, de Elisabeth Madureira Siqueira.

Percebemos ao longo da pesquisa que os quadros históricos assimilaram e incorporaram o discurso oficial produzido pelo IHGMT com seu viés positivista. São as obras dos pesquisadores que fizeram parte deste instituto que influenciaram as leituras, bem como a produção das telas de cunho histórico produzidas pelo pintor Moacyr Freitas, em razão disso, a utilização de recurso em sala de aula pelo professor deve ser baseada na criticidade e indagação dessas fontes que se constituíram em novo objeto de pesquisa.

Verificamos que os “marginalizados” da História, apesar de possuírem certa referência nas telas de Freitas, sempre aparecem em posições secundárias, compondo o cenário, que via de regra apresentava o protagonismo das elites políticas locais, portanto após a reflexão infere-se que negros escravizados, indígenas e sobretudo mulheres não são representados como verdadeiros sujeitos históricos, nem mesmo quando era possível se estabelecer algum protagonismo, como no caso do Quilombo do Piolho, relatado com a possível imagem de sua destruição e o episódio da paz com os guaicuru, intermediada com a ajuda da indígena Rosa Bororo.

Outro fato que chamou a atenção foi o de que as representações imagéticas reservavam sempre a violência cometida pelo outro, pelo dominado ou pelo invasor, à exemplo do ataque dos paiaguá às monções. Nesta tela os indígenas são representados como agressores, como aqueles que prejudicam a consolidação da posse e colonização de Mato Grosso pelos brancos, e não se valoriza o fato de os índios estarem tentando preservar o domínio de seus territórios.

Ademais o próprio bandeirante não é apresentado como invasor e conquistador, mas sim como consolidador da expansão territorial brasileira, silenciando assim o caráter violento de sua ação. A mesma interpretação vale em relação à Guerra da Tríplice Aliança, na qual os soldados brasileiros são apresentados como os “voluntários da pátria”, sentinelas na defesa de Cuiabá ante um hipotético ataques paraguaio, novamente aqui se percebe o “outro” como o agressor.

As obras *Inaugurando a História e construindo a nação: discursos e imagens no ensino de História*, organizada pelas historiadoras Lana Mara de Castro Siman e Thais Nívia de Lima e Fonseca, e *História e Imagens*, de Eduardo França Paiva, foram fundamentais para que pudessemos interpretar historicamente as telas de Moacyr Freitas e compreender sua importância no processo de ensino e aprendizagem histórica.

Acreditamos que a utilização criteriosa da telas apresentadas nesta dissertação conjugadas como preceitos críticos e reflexivos possa contribuir para que os alunos tenham um embasamento consciente acerca dos episódios que caracterizaram a formação histórica de Mato Grosso.

Pretendemos ainda nos aprofundar nos estudos relativos a investigação desse tipo de fonte, procurando analisar outros tipos de representações imagéticas relativas à

História de Mato Grosso, pois a interpretação da iconografia pode possibilitar um melhor entendimento da História. São muitas histórias... para se contar...

REFERÊNCIAS

- ABUD, Kátia Maria. *O sangue intimorato e as nobilíssimas tradições: a construção de um símbolo paulista, o bandeirante*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Identidades étnicas e culturais: novas perspectivas para a história indígena. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Org.). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; FAPERJ, 2003, p. 27-37.
- AMEDI, Nathália da Costa; RIBEIRO, Renilson Rosa. “... denodados heróis, civilizadores do sertão...”: o mito fundador bandeirante na constituição da história de Cuiabá – Mato Grosso, século XX. *Revista Eletrônica Documento/Monumento*. Cuiabá, v. 9, p. 153-180, 2013.
- AMORIM, Roseane Maria de; SILVA, Cintia Gomes da. O uso das imagens no ensino de história: reflexão sobre o uso e a interpretação das imagens dos povos indígenas. *História & Ensino*. Londrina, v. 22, n. 2, p. 165-187, jul./dez. 2016.
- BARBARA, Gênesis. *História de Mato Grosso para concursos e vestibulares*. Cuiabá: s.n., 2001.
- BARROS, José D'Assunção. *O campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BITTENCOURT, Circe Maria F. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2018.
- BITTENCOURT, Circe Maria F. (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2001.
- BRANDÃO, Ludmila. Para ler arte na rua. In: GUIMARÃES, Suzana Cristina Souza. *Arte na rua: o imperativo da natureza*. Cuiabá: EdUFMT, 2007, p. 09-18.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia*/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: história*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* São Paulo: Jorge Zahar, 2005.

_____. *Variedades de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CANAVARROS, Otávio; BORGES, Fernando Tadeu de M.; PERARO, Maria Adenir; JOANONI NETO, Vitale. Mato Grosso nos estudos historiográficos. *Territórios & Fronteiras*. Cuiabá, v. 5, n. 2, p. 79-97, jan./jun. 2012.

CARVALHO, Ely Bergo de. A quem serve a História? Livros de popularização da História de Mato Grosso, Brasil, 1990-2012. *Hib: Revista de Historia Iberoamericana*, v. 7, n. 2, p. 20-41, 2014.

CAVALCANTE, Else Dias de Araújo. *História de Mato Grosso*: para concurso e exames vestibulares. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2006.

CAVALCANTE, Else Dias de Araújo; MAURIM, Rodrigues. *Mato Grosso e sua História*. Cuiabá: s.n., 1999.

COLI, Jorge. A Primeira Missa e a invenção da descoberta. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras; Brasília: FUNARTE, 1998, p. 107-121.

FELIX, Pedro Carlos Nogueira. *História de Mato Grosso*: dos primeiros tempos à atualidade. Cuiabá: Defanti, 2008.

FELIX, Pedro Carlos Nogueira; FELIX, Giseli Dalla Nora. *História de Mato Grosso*: unidade especial de Geografia de Mato Grosso. 2. ed. rev. e atualizada. Cuiabá: KCM Editora, 2009.

FERREIRA, Martins. *Como usar música em sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2006.

FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da história ensinada*. Campinas: Papirus, 1993.

_____. *Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados*. Campinas: Papirus, 2003.

FRANCO, Gilmara Yoshihara. *O binóculo e a pena: a construção da identidade mato-*

- grossense sob a ótica virgiliana 1920-1940. Dourados: Ed. UFGD, 2009.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Sertão, fronteira, Brasil*: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização. Cuiabá: EdUFMT; Entrelinhas, 2012.
- GODOY, Adriana Cristina. de. O uso das imagens no ensino da História. São Paulo, 2009. Disponível em: <<https://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/FEH/article/viewFile/6298/5195>> Acesso em 21 de janeiro de 2019.
- GOMES, Ângela de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993.
- LEOTTI, Odemar. Bicentenário de Cuiabá: rememoração e invenção do passado. O Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, Virgílio Corrêa Filho: a invenção da modernidade em Mato Grosso e sua inserção no projeto de reconstrução da nação e da nacionalidade – 1919 a 1969. *Patrimônio e Memória*. Assis, v. 07, n. 1, p. 78-100, 2011.
- _____. *Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso – IHGMT*: relações de poder, escrita, política, científicidade e a invenção do mato-grossense moderno (1895 a 1934). Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.
- LITZ, Valesca G. O uso da imagem no ensino de História. 2009. Curitiba. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1402-8.pdf>> Acesso em 29 de janeiro de 2019.
- MACHADO, Maria de Fátima. Diversidade sociocultural em Mato Grosso. Cuiabá: Editora Entrelinhas, 2008.
- MACIEL, Laura Antunes. *A capital de Mato Grosso*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1992.
- _____. *O Mato Grosso e sua história*. Curitiba: Braga, 2001. Série Conhecendo o Brasil.
- MAHL, Marcelo Lapuente. O paulista e o outro: a constituição de uma identidade racial no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de São Paulo (1894-1940). In: FERREIRA,

Antonio Celso; MAHL, Marcelo Lapuente (Org.). *Letras e identidades: São Paulo no século XX, capital e interior*. São Paulo: Annablume, 2008, p. 27-48.

MARQUES, Ana Maria. *Ensinando História e estudando gênero através de quadros históricos de Moacyr Freitas e Antônio Parreiras*. *Opsis. Catalão*, v. 15, p. 452-469, 2015.

_____. *Havia uma Rosa e uma Vitória na representação pictórica da história de Mato Grosso. Fronteiras: Revista Catarinense de História*. Florianópolis, ANPUH - Seção SC, n. 29, p. 63-79, 2017.

MARTINS, Marcos Lobato. *História Regional*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Novos temas nas aulas de História*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 135-152.

MENDES, Marcos Amaral. *História e Geografia de Mato Grosso: para concursos e vestibulares*. 4. ed., rev. e atualizada. Cuiabá: Cafarnaum, 2012.

MICELI, Paulo. *O mito do herói nacional*. São Paulo: Contexto, 1988.

_____. *Uma Pedagogia da História?* In: PINSKY, Jaime (Org.). *O ensino de história e a criação do fato*. Edição revista e atualizada. São Paulo: Contexto, 2009, p. 37-53.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático: alguns temas de pesquisa. *Revista Brasileira de História da Educação*. São Paulo, v. 12, p. 179-197, 2012.

PACHECO, Ana Cláudia Marques. *As representações sobre o bandeirante: heroísmo e civilização na tentativa de formação da identidade mato-grossense (1922-1946)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2008.

PAIVA, Eduardo França. *História e imagem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

PINSKY, Carla (Org.). *Fontes históricas*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

_____. *Novos temas nas aulas de História*. São Paulo: Contexto, 2010.

RIBEIRO, Renilson Rosa. A invenção discursiva de Mato Grosso nas páginas da História geral do Brazil, de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854/1857): territórios e fronteiras. *Revista Eletrônica Documento/Monumento*. Cuiabá, v. 8, p. 153-172, 2013.

_____. *Fazer história: a importância de ler, interpretar e escrever em sala de aula*. Curitiba: Appris, 2018.

_____. *O Brasil inventado pelo visconde de Porto Seguro*: Francisco Adolfo de Varnhagen,

o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a invenção do Brasil Colonial no Brasil Império (1838-1860). Cuiabá: Entrelinhas, 2015.

RIBEIRO, Renilson Rosa (Org.). *O negro em folhas brancas: ensaios sobre as imagens do negro nos livros didáticos de História do Brasil (últimas décadas do século XX)*. *Cadernos de Graduação*. Campinas, IFCH-Unicamp, n. 2, 2. ed., 2003.

RIBEIRO, Renilson Rosa; CEREZER, Osvaldo Mariotto ; SANTOS, Amauri Junior S. Quilombo de Palmares, espaço de resistência e pluralidade cultural: uma proposta para o ensino de História a partir da Lei n. 10.639/03. In: SQUINELLO, Ana Paula; ZARBATO, Jaqueline (Org.). *Experiências, trajetórias e práticas de formação de professores: Pibid, estágio supervisionado e prática de ensino de História*. Campo Grande: Life Editora, 2018, p. 165-186.

RÜSEN, Jorn. *Razão Histórica: Teoria da História, fundamentos da ciência histórica*. Brasília: EdUNB, 2001.

SALIBA, Elias Tomé. As imagens canônicas e o ensino de história. *Sinopse. Revista de Cinema*. São Paulo, Hedra/Cinusp, n. 7, 2002.

SANTOS, Ângela Maria dos (Org.). *História e Cultura Negra: Quilombos em Mato Grosso*. Cuiabá: SEDUC-MT, 2009.

SCHMITDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende. *Jörn Rüsen e o ensino de História*. Curitiba: Editora UFPR, 2011.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloísa. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. *Quadros históricos de Mato Grosso: Período colonial*. Cuiabá: 2000.

_____. *Quadros históricos de Mato Grosso: Período provincial*. Cuiabá: 2000.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

_____. *O processo histórico de Mato Grosso*. Cuiabá: Edições UFMT, 1990.

_____. *Revivendo Mato Grosso*. Cuiabá: SEDUC-MT, 1997.

TARDIF, Maurice. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. *Revista Brasileira de Educação*.

São Paulo, n. 13, p. 5-24, jan./abr. 2000.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil (1719-1819)*. São Paulo: Hucitec, 1987.

_____. *Cativeiros do Sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888*. São Paulo: Marco Zero; Cuiabá: EdUFMT 1993.

_____. *Entradas e bandeiras*. São Paulo: Global, 1985.

ZORZATO, Osvaldo. *Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)*. 1998. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

